

O LISIPO

BOLETIM DO
GRUPO

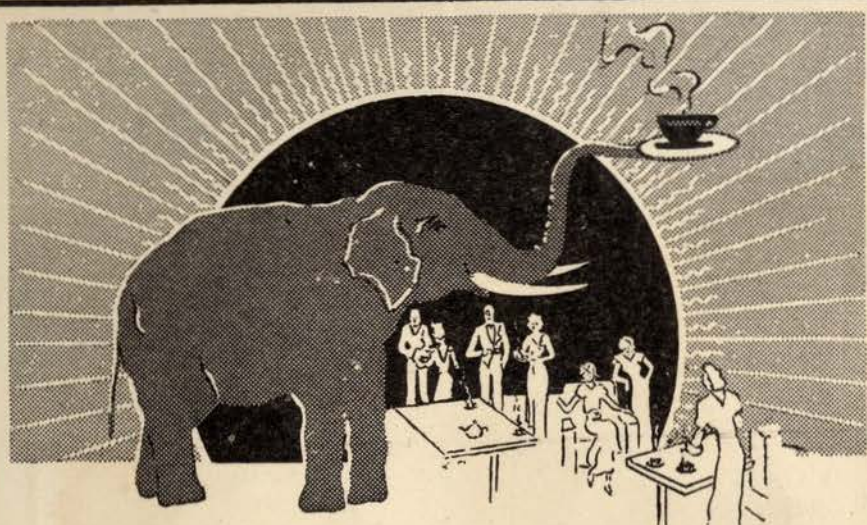
"AMIGOS DE
LISBOA"



ANO XI
N.º 43

JULHO
1948





CHÁ CELESTE

preto e verde, uma delicia!

CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161/Telef. 2 4264-65 P. B. X./LISBOA
Rua Sá da Bandeira, 166/Telef. 1361 P. B. X./PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para

HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos
ON PARLE FRANÇAIS ENGLISH SPOKEN

ESTORIL

COSTA DO SOL

A 23 QUILÓMETROS DE LISBOA — EXCELENTE ESTRADA MARGINAL
Rápido serviço de combóios eléctricos—Clima excepcional durante todo o ano

Todos os desportos: Golf, (15 buracos), Ténis, Hipismo, Natação, Esgrima
Tiro, etc.

Estoril-Palácio-Hotél: Moderno e elegante—Magnífica situação

Hotel do Parque: Todo o conforto — Anexo às termas.

Monte Estoril-Hotél: (antigo Hotel de Itália) completamente modernizado.

Estoril-Termas: Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterápico. Análises Clínicas — Gimnástica Médica—Maçagens.

Tamariz: Magníficas esplanadas sobre o mar, Restaurante-Bar

PISCINA de água tépida — SALA DE ARMAS
ESCOLA DE EQUITAÇÃO — STANDS DE TIRO

CASINO:

Aberto todo o ano
Cinema — Concertos — Festas
Dancing — Restaurante — Bars
Jogos autorizados

Informações: — Soc. Propaganda da Costa do Sol — ESTORIL

ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES

PROJECTOS DE ESTABILIDADE
BETÃO ARMADO

Av. Oriental do Parque Eduardo VII, 14, r/c.-E.

TEL. 4 9313 — LISBOA

Rua Fonseca Cardoso, 20, 2.º

TEL. (provisório) 5150 — PORTO

O seu frigorífico eléctrico pode durar muitos anos!!



...e não é preciso ter grande trabalho com ele. Qualquer dona de casa o pode fazer.

— Não encha demasiado as prateleiras. É preciso que o ar possa circular dentro do frigorífico.

— Uma vez por semana: Desgele-o, colocando o ponteiro na direcção de «Defrost», deixando-o trabalhar assim até que desapareça a camada de gelo acumulada no refrigerador.

A seguir, desligue o frigorífico e lave-o por dentro com soda

e água; sobretudo o refrigerador — é aí que se concentra o cheiro dos alimentos.

Ligue de novo o frigorífico, colocando o ponteiro na temperatura desejada.

C. JAS. R. DAS GAS E ELECTRICIDADE

CASA DOS PNEUS

106 - ARCO DO BANDEIRA - 110

Pneumáticos para automóveis, camions
e motocicletas, óleos, Baterias, milhares de
artigos de borracha para todos os fins.
Grande sortido de acessórios de automóveis.

A Companhia Colonial de Navegação

assegura com os seus paquetes
e navios de carga carreiras regulares
para a África Portuguesa, para o
Brasil e para a América do Norte

LISBOA

R. de S. Julião, 63

PORTO

R. Infante D. Henrique, 9

FÁBRICA DE LOIÇA DE SACAVÉM, L.^{DA}

TEL. P.B.X. | FAIANÇAS | TEL.
2 4958 | DE | LOICA
2 3902 | FANTASIA | LISBOA

LOIÇAS DE USO DOMÉSTICO
AZULEJOS
MOSAICOS

LOIÇA SANITÁRIA E
DE GREZ CERÁMICO

A MAIS PERFEITA FABRICAÇÃO

LISBOA

AV. DA LIBERDADE, 49 / 57

PORTO

COIMBRA

R. CARMELITAS, 40 R. DR. M. RODRIGUES 13
Tel. 2 2033 Tel. 3546

ALDEIA RICA

É o novo romance do consagrado
romancista

AUGUSTO DA COSTA

1 vol. de 400 páginas, capa ar-
tística a cores de **Maria de Vas-
concelos**, br. . . . 25\$00

Do mesmo autor, os apreciados
romances:

AS «INOCENTES» 18\$00
«GALO DOIDO» 18\$00
O SOLAR DESABITADO . . 18\$00
VERONICA 18\$00
OS OIHOS ERAM VERDES, 22\$50

Edições da

Parceria António Maria Pereira

E. Pinto Basto & C.^A, L.^{DA}

L I S B O A

TRANSPORTES
MARÍTIMOS E AÉREOS
CARVÃO — SEGUROS
REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)

EXPORTAÇÕES
TRANSITÁRIOS
ETC. — ETC.

NO PORTO

**Kendal, Pinto Basto
& C.^A L.^{da}**

AO PEDIR

ÁGUA MINERAL

PEÇA



LEVE, ESTOMACAL, LÍMPIDA

Efeitos imediatos na digestão

— À venda em toda a parte —

COMPANHIA

DE

DIAMANTES DE ANGOLA (DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
com o capital de **Esc. 179.300.000\$00**

Pesquisa e extracção de diamantes na Colónia
de ANGOLA em regime de exclusivo

SEDE SOCIAL:

LISBOA — Rua dos Fanqueiros, 12 - 2.º — Teleg. **DIAMANG**
Escritórios em BRUXELAS, LONDRES e NOVA YORK

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Coronel Antonio Lopes Mateus

PRESIDENTE DOS GRUPOS ESTRANGEIROS

Mr. Firmin Van Brée

VICE - PRESIDENTE

Banco Burnay

ADMINISTRADOR - DELEGADO

Ernesto de Vilhena

DIRECÇÃO GERAL NA **LUNDA**
REPRESENTAÇÃO EM **LUANDA**

EM PLENA ACTIVIDADE RENOVADORA

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

apresentou em Dezembro de 1946

o navio-motor **ROYUMA**

em 1947 o **MOÇAMEDES**

e apresentará em 1948 **dois** paquetes e **dois** vapores mixtos para a carreira da India e **três** navios de cabotagem, **num total superior a 50 mil toneladas.**

A **C. N. N.** ao serviço do Império
leva o nome de Lisboa a todos os mares do mundo

LISBOA

Rua do Comércio, 85

TELEF. 23021/6

PORTO

Rua Infante D. Henrique, 73

TELEF. 22438/9

BANCO ESPIRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA

Capital realizado 80.000.000\$00

Fundos de Reserva 82.500.000\$00

SEDE EM LISBOA

Dependências urbanas:

ALCANTARA, POÇO DO BISPO, CONDE BARÃO,
ALMIRANTE REIS, BEMFICA, PRAÇA DO BRASIL
PRAÇA DO CHILE e PRAÇA DUQUE SALDANHA.

Filiais e Agências:

PORTO, COIMBRA, BRAGA, FARO, COVILHÃ,
PONTA DELGADA, TORRES VEDRAS, S. JOÃO DA
MADEIRA, SANTARÉM, TORRES NOVAS, GOU-
VEIA, ESTORIL, IORTOZENDO, ABRANTES, MAN-
GUALDE, FIGUEIRÓ DOS VINHOS, OLHÃO, MATO-
ZINHOS, MOURA, GUARDA, ESPINHO, MONTIJO,
VILA FRANCA DE XIRA e MONTEMOR-O-NOVO.

— **TODAS AS OPERAÇÕES BANCÁRIAS** —

MIGUEL A. FRAGA, L.^{DA}


Rua da Palma, 26-28

LISBOA

Telefone 2 8 5 0 3

Ouivesaria, Relojoaria e Joalharía

Grande sortido em monogramas
em ouro e prata para carteiras

Há sempre jóias em 2.^a mão  Tudo mais barato
OURO SÓ PELO PESO

Compra-se Ouro, Prata e Brilhantes

DESCONTOS ESPECIAIS A TODOS OS
«AMIGOS DE LISBOA»

Especialidade em anéis, medalhas, alfinetes etc.,
com retratos esmaltados em todos os formatos

Edições da "PORTUGALIA" sobre Lisboa



A CARAVELA E OS CORVOS

por SU-ANNE CHANTAL. — Os
oito séculos da história da Capital,
num encantador livro de 500 páginas

30\$00

A NOSSA LISBOA

por MATOS SEQUEIRA e PAS-
TOR DE MACEDO. Prémio «Jú-
lio de Castilho» da C. M. L.

40\$00

GUIA E PLANTA DE LISBOA

por NORBERTO DE ARAÚJO e
ANTONIO SOARES

Edição portuguesa 12\$00

Edição francesa 15\$00

Edição inglesa 15\$00



A' venda em todas as livrarias

COMPANHIA ALCOBIA

Fornecedores dos melhores
e mais lindos mobiliários

CÓMODAS DE ESTILO — PORCE-
LANAS DE SAXE — ESPELHOS
DE VENEZA — CANDEEIROS DE
CRISTAL DE FERRO FORJADO
E DE MADEIRA — TAPEÇARIAS
— MARQUISSETTES E VOILES
SUIÇOS — CARPETES DE LÁ

COMPANHIA ALCOBIA

R. Ivens, 14 (esquina da R. Capelo)

Telef. 2 6 4 4 1

TODOS OS PRODUTOS DA

COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS

SUPERIOR, FRANCÊS, VIRGINIA, HOLANDÊS, TIP-TOP, AVIZ,
PROVISÓRIOS, TAGUS, LISBOAS, SPORTING, ETC., ETC.

são fabricados, com ramas escolhidas, pelos processos mais modernos
para bem servir os fumadores

UM BOM LIVRO
UM BOM JORNAL

SÓ NA



MARCA REGISTRADA

COMPOSIÇÃO MECÂNICA



TRABALHOS GRÁFICOS
EM TODOS OS GÊNEROS



151, RUA DO SALITRE, 155 — LISBOA
TELEFONE P B X 5 3 1 7 3 / 4

OLISIPO

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA

EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

— REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 25711 —
COMP. E IMP. NA «EDITORIAL IMPÉRIO, LIMITADA»-R. DO SALITRE, 153-TELEF. 53173-LISBOA

SUMÁRIO

- O CULTO DOS GRANDES HOMENS, pelo *Dr. Meyrelles do Souto*.
- BARTOLOMEU JOANNES E O SEU TEMPO, por *Henrique Linhares de Lima*.
- O PALÁCIO DOS SOUSAS-CALHARIS, pelo *Dr. Luciano Ribeiro*.
- AS GRADES DA PATRIARCAL, por *J. M. Cordeiro de Sousa*.
- O LIVRO DAS MARCAS DE OURIVES, DA CÂMARA DE LISBOA (Conclusão), por *Manuel Santos Estevens*.
- OS PAÇOS DE XABREGAS (Continuação), por *Ferreira de Andrade*.
- LISBOA (Continuação), por *Gustavo de Matos Sequeira*.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A TODOS OS SÓCIOS
OS ARTIGOS AQUI PUBLICADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

OLISIPO

OLISIPO is a powerful, broad-spectrum antibiotic. It is effective against a wide range of Gram-positive and Gram-negative bacteria. The drug is available in various forms, including tablets, capsules, and injections. It is used to treat a variety of bacterial infections, such as pneumonia, meningitis, and sepsis. OLISIPO is also used in the treatment of certain types of skin infections and bone and joint infections. The drug is well-tolerated and has a low risk of side effects. It is important to take OLISIPO exactly as prescribed and to complete the full course of treatment.

- 1. Indicated for the treatment of bacterial infections caused by susceptible organisms.
- 2. Effective against a wide range of Gram-positive and Gram-negative bacteria.
- 3. Available in various forms: tablets, capsules, and injections.
- 4. Used to treat pneumonia, meningitis, sepsis, and other serious infections.
- 5. Also used for skin infections and bone/joint infections.
- 6. Well-tolerated with a low risk of side effects.
- 7. Important to take as prescribed and complete the full course.

OLISIPO is a registered trademark of the manufacturer. All rights reserved. For more information, please contact your healthcare provider or the manufacturer.

O CULTO DOS GRANDES HOMENS

pelo DR. MEYRELLES DO SOUTO

Vero sinal do grau de patriotismo, de educação cívica e de interesse verdadeiro pela grandiosidade do torrão que lhes foi berço, é o culto que os naturais dum país tributem à memória daqueles seus conterrâneos que passaram à posteridade por feitos heróicos ou por obras artísticas ou literárias.

Vemos, por esse mundo além, várias casas-museus, onde viveram e produziram os trabalhos que os immortalizaram, alguns dos grandes vultos da humanidade.

Assim, servem de exemplo a «*Casa do Greco*», pintor Doménico Theotocópuli, em Toledo, no antigo palácio do Marquês de Vilhena, mágico e nigromante, e o *Museu Plantin-Moretus*, em Antuérpia, em cujos prelos primitivos e coevos do artista ainda hoje se imprime o dístico do arquitépografo célebre:

«Un labour courageux, muni d'humble Constance
Résiste à tous assauts par douce patience»,
— lema bem inteligente e útil para todos.

Numa e noutro mantém-se o interior intacto tal como serviu — ou ligeiramente restaurado — dando-nos a sensação de assistir ainda à vida de antano e a emoção de quase recearmos ver aparecer, no desvão duma porta, subitamente, o antigo habitante e dono da casa.

Há entre nós nesse género, que eu saiba, apenas a Casa-Museu de Mestre Teixeira Lopes, em Gaia, desveladamente mantida, é certo, na qual ainda tive o gôsto de ver trabalhar o grande Benliure, há pouco falecido.

Vem isto a propósito da notícia de que em Antuérpia foi, há relativamente pouco tempo, reintegrado e aberto aos visitantes o palacete-oficina do imortal Pedro Paulo Rubens, moradia sumptuosa onde o artista reuniu quanto de belo e valioso pôde adquirir.

Está agora em restauro a casa de Jacob Jordaens, outro grande pintor flamengo, executor do célebre quadro, tão cheio de côr, «O rei bebe», duas de cujas versões enchem as salas do museu de Bruxelas.

Também a habitação patrícia que foi de Ortélio (ou Oertel),

geógrafo antuerpiano, quinhentista de nomeada, vai ser reintegrada sob o patrocínio do grupo «Habitações históricas», benemérita associação belga.



Mas entre nós que sucede?

Identificou-se, ali a Santo André, a casa onde nasceu S. João de Brito, figura tão alevantada da nossa historiografia missionária, o qual recentemente mereceu as honras de subir aos altares com a maior pompa.

Dirigiu-se então a Roma numerosa peregrinação de portugueses e, até, uma verdadeira embaixada nacional sob o patrocínio do governo; foi demonstração bem patente da unidade do nosso Império, muito digna de encómio, evidentemente.

Mas não seria também já tempo de se restaurar e reintegrar a casa onde viu a luz do dia essa grande alma de cristão, de português e de missionário, que foi S. João de Brito?

Não faz sentido, evidentemente, que o local do seu berço não seja devidamente assinalado, porém, não apenas com uma simples lápide insignificante: «Aqui nasceu...»

Porque não crear aí, nesse edifício, um museu setecentista, com móveis da época, interiores apropriados, lição a nacionais e a estrangeiros, e uma capela onde, no dia de sua festa, se rezasse solenemente do herói?

Quem poderia ter gozado os deleites da côrte, querido como era dos grandes e do seu Rei, preferiu os trabalhos do longínquo Maduré, por onde estendeu o reino da Verdade e fez «muita cristandade».

Bem mereceu ele, pois, que a edilidade lisbonense, desta cidade donde duas vezes o Santo se fez de vela para o Oriente, se interesse a valer por este assunto, cujo abandono nos envergonha perante o estrangeiro e até perante nós mesmos.

BARTOLOMEU JOANNES E O SEU TEMPO

(ACHEGAS PARA UM ESTUDO HISTÓRICO-GENEALÓGICO)

por HENRIQUE LINHARES DE LIMA

I

Nos primeiros tempos da monarquia portuguesa, fortalecida a grei por intensa fé religiosa, vivia-se o ideal comum de independência e engrandecimento pátrio, mantido em alto espírito pelos sucessivos lances de arrojado valor, em lutas incessantes, para firmar na terra lusitana reconquistada as fronteiras nacionais e assegurar a autonomia duramente adquirida.

O atávico sentimento de liberdade herdado dos lusos antepassados arregimentava as gentes do novo Portugal, unidas pelo desejo ardente de consolidar as vitórias alcançadas e conquistar ainda para Deus e para a Pátria, mais numerosos rebanhos e mais largos domínios.

Da valentia e do fervor religioso que nos levavam às maiores audácias, davam exemplo as ordens militares religiosas, em que como professos ou donatos se alistavam os mais esforçados cavaleiros da cruzada nacional.

Do seu valor dá-nos Herculano este quadro expressivo:

«A voz do mestre uma trombeta dava o sinal de combate, e erguendo os olhos ao céu entoavam o hino de David: *Não a nós, Senhor, não a nós, mas dá glória ao teu nome.*»

Então abaixando as lanças e esporeando os ginetes, arrojavam-se ao inimigo como a tempestade, envoltos em turbilhão de pó. Primeiros no ferir eram os ultimos a retirar-se quando assim lh'o ordenavam. Desprezando os combates singulares, preferiam acometer ás columnas cerradas, e para eles não havia recuar, ou as dispersavam ou morriam. A morte era, de feito, mais bela que a vida comprada com a covardia.»

E entretanto as leis da honra, da nobreza e da dignidade, eram tidas num respeito e observância que por completo se obliteraram nas guerras dos nossos dias. Os gestos atribuidos a Egas Moniz, a Martim de Freitas e a Fernão Rodrigues Pacheco, são, de toda a maneira, a prova do conceito de lealdade, de pundonor e de abnegação, que dominava as atitudes daqueles a quem hoje temos por rudes soldados duma civilização incipiente.

Outro exemplo de magnitude e galhardia dos homens daqueles tempos nos dá D. Afonso IV, recusando as valiosas recompensas materiais com que El-Rei

de Castela pretendia premiar a sua notável e decisiva acção na batalha do Salado, e limitando-se a trazer alguns insignificantes despojos da peleja, entre eles a trombeta que durante muito tempo se viu na mão duma figura levantada no alto da sua sepultura na Sé Patriarcal de Lisboa (1).

Este simples e modesto troféu, era porém sublinhado por algumas palavras que, ainda que de inscrição muito posterior, lhe emprestavam maior relevo e significado, comprovando, pelo menos, o juízo que ao tempo se formava do espírito daquela época, então próxima, e dando-nos a certeza de que se não considerava ainda concluída a missão da grei, estimulando-a para novos cometimentos. Rezava assim:

HÆEC TUBA, QUAM MAURIS ALPHONSUS NOMINE QUARTUS
ABSTULIT, UT FAMA PRIMUS IN ORBE FORET
DUM RESONAT REGEM, PARTUMQUE A REGE TRIUMPHUM,
ALPHONSUM AD FAMAM SURGERE, VOCE JUBET

Poderá ler-se, em versão livre:

— *Esta trombeta que aos mouros Afonso IV tomou para que pela fama o primeiro no mundo fosse, ao passo que clama pelo rei e pelo seu triunfo, também Afonso incita a que se eleve para a glória.*

Euforia de grandezas, psicose dum povo em arrancada para mais altos destinos.

Levantar-se para maior glória?

As fronteiras terrestres acertadas por D. Afonso III, definitivamente pela hábil diplomacia de D. Dinis, não ofereciam possibilidades de alargamento na Península, pelo contrário exigindo permanente e atenta vigilância.

Onde procurar novas glórias?

Para onde dilatar o reino?



É indiscutível a benemérita e clarividente preocupação com que D. Dinis consagrou grande parte da sua esclarecida e múltipla actividade, a valorizar a capacidade de construção naval, e a robustecer a nossa marinha. E é justo reconhecer que encontrou ambiente propício aos seus vastos desígnios, pois que ao povo

(1) «Inventário do Antigo Arquivo da Sé de Lisboa». Ms. 8952 da Biblioteca Nacional.

— «O Panorama», vol. I, 2.^a Série, 1842, pág. 242.

— «Lisboa Antiga», vol. VI, pág. 250.

português, desde os alvares da nacionalidade, mereceram particular carinho as coisas do mar, por inata tendência, por ancestralidade, talvez por intuição, presciência ou antevisão dos seus destinos superiores.

Os mais próximos antecessores do rei, pai e tio, tinham aliás já dado aos problemas navais forte apoio e cuidado incitamento. A acção de D. Dinis foi porém mais enérgica e eficiente, porque era empreendida com mais clara inteligência do futuro.

Convencionou-se na história cognominar D. Dinis — o Rei Lavrador. Porque não o Trovador, o Diplomata, o Lejista, o Construtor, ou, com mais justiça — o Estadista? (1).

Para nós foi mais ainda, porque o vemos a carrear materiais de toda a ordem na azáfama de cabouqueiro do Portugal Maior.

Para nós que temos a convicção formada de que quando mandou replantar e repovoar matas nacionais, reorganizar, ampliar as tercenas, aperfeiçoar o ensino náutico e a construção naval, o fez com o pensamento e o propósito de criar no Norte de África o Portugal de Além-Mar, de facto e na verdade o reino dos Algarves — de Portugal e dos Algarves de Aquém e de Além-Mar.

Para nós que temos por certo que sem a larga, segura e silenciosa preparação que deixou à nossa marinha, as navegações e descobertas do Infante de Sagres não teriam sido possíveis, porque outros povos se teriam antecipado, muito naturalmente.

A propósito de certos problemas sobre que somos levados a reflectir, aparecem por vezes vivas no nosso espírito determinadas *certezas*, que se não podem exteriorizar, nem defender por falta de provas substanciais e irrefutáveis, mas que se justificam por um conjunto de circunstâncias que conduzem a deduções verosímeis e aceitáveis.

Para nós uma dessas *certezas* é a de que D. Dinis o rei Lavrador, não teria merecido menos o cognome de Precursor do Império.



Por que há sempre quem sonhe e declineie largos e arrojados projectos, mas mais raramente quem com deliberada firmeza e enérgica vontade e persistência se lance à execução, a Glória e a Fama dispensam de preferência e com maior prodigalidade as homenagens de consagração aos que vencem a última jornada.

Entretanto nas obras em que se torna necessária demorada preparação, naquelas em que tem de empenhar-se o saber e a prudência dos chefes, a cons-

(1) João Pedro Ribeiro, a pág. 389 das Diss. Cron., diz: — «Quem ler com atenção os artigos desta chancelaria (de D. Dinis) ha-de talvez convir comigo que o epíteto de Lavrador que se atribue ao sr. D. Dinis, competiria antes a seu bisneto D. Fernando».

ciência, o valor e o esforço colectivo da nação, não se pode esquecer o mérito dos que lançaram as primeiras pedras no edifício, conceberam e tornaram possível a sua construção, para só se louvar a benemerência dos que embandeiraram a trave mestra.

Na grande empresa das descobertas e conquistas, a primeira pedra foi lançada pela mão de D. Dinis, o primeiro empenho sério deve-se ao seu génio de estadista, visionário do Portugal Maior.

É ainda no seu reinado que se iniciam as expedições de reconhecimento ao Norte de África, serviços de guarda avançada, estabelecendo contacto, medindo as forças do inimigo, procurando o ponto vulnerável para o ataque.

Continuaram com o filho, logo nos primeiros anos do seu reinado, indo, pelo que se sabe, até às Canárias; suspenderam-se depois pelo dilatado período de setenta anos, em que a Nação foi forçada a quase permanente estado de prevenção, e a continuados incidentes guerreiros com os povos vizinhos, para virem afinal a ter condições asseguradas de fortuna política e diplomática com o Infante D. Henrique, o realizador, ainda que com novos objectivos, impostos pelas eventualidades, do acariciado sonho do inclito rei, trovador e estadista.

Mas é ainda ao Norte de África a primeira expedição de conquista, com a tomada de Ceuta em 1415 por D. João I.

D. Dinis não pode ser ignorado como precursor do nosso poderio marítimo e primeiro cabouqueiro do Império.

As palavras que ficam ditas à guisa de preâmbulo, procuram explicar o sentido das que vão seguir-se no decurso deste desataviado estudo, desprendido de preconceitos, em livre análise de critério pessoal, evidentemente sujeito a melhor juízo e maior clareza. Sem responsabilidades de historiador, e sem aspirações ao qualificativo.

Algumas vezes, na falta de documentos irrefutáveis e concludentes, foi a dedução, que parecia lógica, do confronto de diversos indícios que nos guiou. Mal ou bem? Agradece-se a correcção de erros onde os houver. Também em história uma concepção errada pode conduzir à reflexão mais feliz e esclarecedora.

E, enfim, quando se não faz o que se quer, faz-se o que se pode.

NA SÉ PATRIARCAL

Bartolomeu Joanne

II

Ao entrar na basílica de Santa Maria Maior, a austera Sé Patriarcal de Lisboa, volvendo ao nosso lado esquerdo, e vencido o contraste entre a luz e a penumbra, logo se nos depara uma bela portada férrea, em estilo românico, rasgada na parede mestra do templo.

É a passagem aberta para a Capela de S. Bartolomeu, ou das Almas, ainda mais conhecida pelo nome do instituidor — Bartolomeu Joannes, cidadão de Lisboa que viveu ao tempo de Dinis.

Homem notável certamente. Quer a estrutura da pia edificação, quer o túmulo que guarda, constituem dos mais valiosos exemplares da architectura e escultura da época.

O seu valor histórico e artístico e sobretudo a grandeza e magestade do santuário monumental a que foi anexada, atestam bem que Bartolomeu Joannes fora personalidade de invulgar merecimento. Só assim se explica mesmo que disfrutasse de tão rara estima e valimento que lhe permitiram erguer capela privativa, incorporando-a na mais nobre igreja de Portugal, com assentimento do rei, do cabido, e sem reparo da nobreza contemporânea, tão ciosa de seus pergaminhos e regalias.

Ainda hoje só gozam de tal privilégio os restos mortais, na maior parte ao abrigo de simples pedras tumulares, de alguns dos mais ilustres varões, assinalados na história por altos serviços prestados à religião ou à Pátria.

Homem notável certamente.

Que dispunha de grande fortuna certifica-o o seu testamento ⁽¹⁾, pois se referirmos à moeda actual a soma dos legados descritos, ascendem a uma importância que pode computar-se superior a sessenta mil contos, sem contar com o remanescente.

Alexandre Herculano ⁽²⁾, avaliando pelas cautelas e prudência que ressaltam deste testamento, julgava impossível que não fosse comerciante, e aventa mesmo que teria pertencido a alguma corporação como, por exemplo, o grémio dos mercadores, fundamentando-se em que naquele documento se refere muitas vezes a *companheiros*, e lhes concede até o privilégio de se sepultarem também na capela que manda edificar.

Negociante, mercador, era sem dúvida Bartolomeu Joannes, mas esta qualidade de per si só, por muito opulento que fosse, não era suficiente para justificar

(1) Documento n.º 1, anexo.

(2) «O Panorama», vol. I. Outubro de 1846.

a instituição duma capela própria, a mais antiga, a primeira que existe na Sé de Lisboa, sendo até a única que ali se construiu como anexo.

E no momento em que D. Dinis acabava de emprender grandes obras naquele monumento sagrado, nelas empenhando os mais hábeis artistas do seu tempo.

Nem mesmo seria motivo bastante o facto de Bartolomeu Joannes ter contribuído para esses trabalhos, como contribuiu, pelo menos com duzentas libras, pelas suas últimas disposições.

O que pode ter-se como certo é que era amigo da privança de D. Dinis.

Como entende Castilho, é provável que se não refira ao rei nesta passagem do testamento: — «Gonçalo Domingues sacador das dívidas de nosso senhor El-Rei, meu compadre» — e que o compadre seja antes Gonçalo Domingues; mas, pode todavia notar-se que o tratamento de compadre, na velha linguagem portuguesa, não só era usado entre pai e padrinho do filho, como traduzia intimidade e convívio affectuoso entre amigos.

A dúvida de Castilho pode firmar-se na ideia de que, da parte de Bartolomeu Joannes seria jactância discutível ele próprio se intitular compadre do rei, ainda que este o honrasse com tal tratamento.

A maneira porém porque no testamento se refere ao rei e à família real, mostra grande affecto pessoal, e dedicado reconhecimento por favores recebidos — o que pode não excluir a hipótese de na hora da morte, a sensibilidade do momento e um pouco de orgulho pela vida prestes a findar, o tenha levado a recordar assim a intimidade com D. Dinis. Que o rei lhe desse esse tratamento de amigo não é para estranhar, e pode mesmo ter-se por certo, pois que se conhece uma determinação do filho D. Afonso IV, que lhe confere a mesma distinção, quando prescreve que uma capela que institui se faça *pela guisa da de seu compadre Bartolomeu Joanes*. Há outros exemplos, e até mesmo de fidalgos, privados dos reis, terem apadrinhado alguns dos seus filhos.

Aqui porém podemos crer que o compadrio terá mais ajustadamente o qualificativo de amigo que muito se preza e considera.

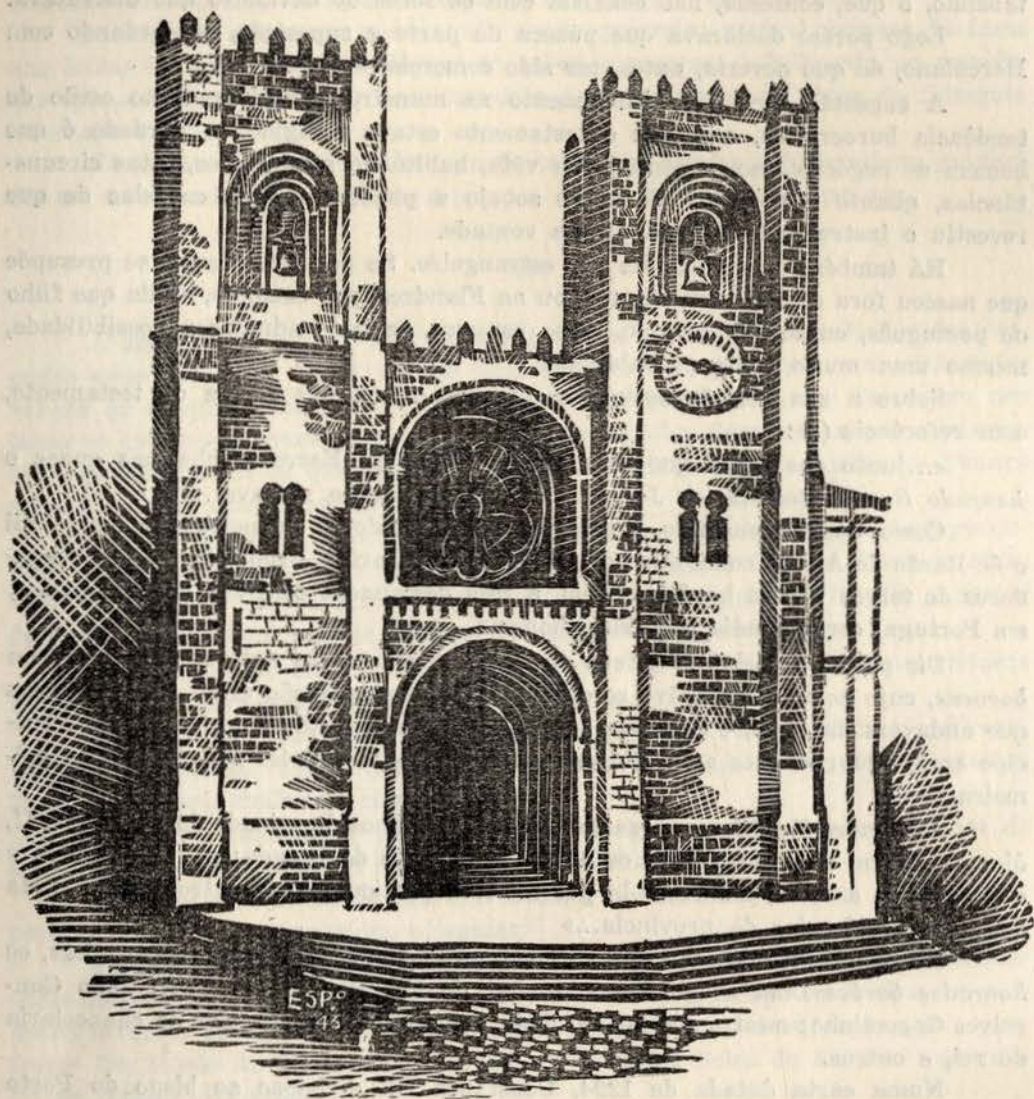
Bartolomeu Joanes não se vangloriaria com o título de compadre de D. Dinis ⁽¹⁾, mas este, como seu filho, é muito natural que o distinguisse com tal tratamento de amigo íntimo e estimado.

Júlio de Castilho supõe que *devia ser auxiliador das rasgadas empresas de D. Dinis*.

E quanto à sua personalidade acrescenta: — «Basta a leitura do seu testamento para nos mostrar character de linhas muito grandes, espirito largo e benéfico. Que era nobre ou nobilitado revela-o o brazão d'armas: se era fidalgo por si ou por herança de maiores não sei».

(1) Não é conhecido o testamento original, mas apenas cópias incompletas nos Livros das Capelas da T. T., e no Arquivo do Hospital de S. José (Doc. n.º 1), esta última feita com manifesto descuido e incompetência.

Há-de procurar-se esclarecer esta dúvida. Mas, pelo testamento se reconhece também, além do que diz Castilho, que era homem enérgico, voluntarioso e habituado a fazer-se obedecer, não obstante o seu feitio generoso e afectivo.



Fachada principal da Sé

Houve quem supusesse que Bartolomeu Joannes teria sido tabelião, mas sem prova e sem qualquer indício aceitável a legitimar tal presunção.

J. M. Nogueira, a quem Castilho tem por amigo e mestre, numa série de

artigos sobre os hospitais de Lisboa, publicados em 1865 no «Jornal do Comércio» (1), diz no n.º 3506, de 27 de Julho, que não viu o testamento original, mas que a leitura da cópia o induziu a pensar que Bartolomeu Joannes tivesse sido tabelião, o que, confessa, não condizia com os foros de cavaleiro que disfrutava.

Logo porém declarava que pusera de parte a suposição, concordando com Herculano, de que deveria, antes, ter sido comerciante.

A sugestão teria tido fundamento na maneira cuidadosa, e no estilo de tendência burocrática, com que o testamento estava redigido. A verdade é que homem de negócios, experimentado na vida, habituado a contratos, estas circunstâncias, quanto a nós, justificam de sobejo a prudência e as cautelas de que revestiu o instrumento da sua última vontade.

Há também quem o tenha por estrangeiro. Se por estrangeiro se presuppõe que nasceu fora do País, em França, ou na Flandres, por exemplo, ainda que filho de português, então sim, porque, como veremos, se pode admitir a possibilidade, mesmo uma muito séria probabilidade.

Sobre a sua posição social encontramos numa das cópias do testamento, esta referência (2):

«...junto das casas que chamam da Torre da Escrevaninha nas quaes o honrado Barom Bertolameu Joannes cidadão de Lisboa morava...»

Como título honorífico, legalmente reconhecido, o primeiro que houve foi o de Barão de Alvito, concedido por D. Afonso V. Barões, proprietários e governadores de terras não os havia também, a essa designação com uso noutros países, em Portugal correspondia a de ricos-homens.

Diz porém Viterbo que «fora de Portugal são muito antigos os *varoens* ou *baroens*, cujo nome e distintivo se dava aos fidalgos que não eram titulados, mas que andavam na corte, e que pela sua qualidade e ministério no serviço do Príncipe eram propriamente seus *Homens* ou *Moços* — *Serventes Fidalgos*, e da primeira plana.

Alexandre Herculano versando os primeiros anos do reinado de D. Sancho II, diz: — «Eram então amovíveis os principaes cargos do Estado; podiam os *barões* que seguiam a corte, abandona-la por motivos particulares, e outros virem a ela das suas residencias da provincia...»

No testamento de D. Afonso IV estiveram presentes, como testemunhas, os honrados *barões* Dom Diogo Lopes, senhor de Ferreira, rico-homem; João Gonçalves Gogominho; mestre Joanne das Leis, João de Fornelo, veador da chancelaria do rei, e outros.

Numa carta datada de 1294, Constança Gil dirige-se ao bispo do Porto nestes termos: — «Ao muyto onrrado Barom Don Vicente pela graça de Deus Bispo do Porto...» (1).

(1) Reeditados no livro «Esparsos» do mesmo autor.

(2) Registo dos Arquivos. L.º XIV fl. v., da T. T.

(1) «Dis. Cron.», vol. I, pág. 300.

Outros exemplos nos mostram que o termo *barão* era empregado nos antigos cronistas como designando os ricos-homens e grandes fidalgos.

Este deve ser o sentido a dar ao qualificativo de *honrado Baram*, quanto a Bartolomeu Joannes, tendo em atenção a sua posição junto do rei.

Entretanto, queremos insistir, não sendo guerreiro notável, homem de fama nas letras ou nas artes, ou clérigo de saber e renome, difficilmente se percebe que apenas pela posse de grossos cabedais ,tenha conquistado foros de fidalguia e de nobreza.

Só muito mais tarde se haviam de vender os títulos nobliárquicos, graduados em escala relativa, consoante o preço a exigir ao bom do comprador.



A amizade do rei por Bartolomeu Joannes, pressuposto *auxiliador das rasgadas empresas de D. Dinis*, não se teria firmado no apreço por um colaborador valioso no desenvolvimento do comércio e da navegação de longo curso, em que tanto se empenhou aquele monarca — assegurando-lhe Bartolomeu, pelos interesses e conhecimentos de que dispunha, agências organizadas e seguras na França e na Flandres, aonde possuía fortuna?

Alberto Sampaio garante-nos que já desde a vigência do condado português se mantinham relações de comércio marítimo com a França e com a Flandres⁽²⁾; e Gama Barros diz-nos que D. Sancho I dispunha de 37 galés e navios de longo curso, afora grande número de pequenas embarcações.

Com D. Afonso III que em França conquistou grande prestígio e poderosas relações, esse intercâmbio alcançou mais incremento.

Ainda Alberto Sampaio, na obra citada, enumera as mercadorias que constituíram o principal objecto dessas transacções: — cortiça, coiros, vinhos, azeites, frutas secas, sal, madeiras, cera e mel.

Em troca recebíamos particularmente artigos manufacturados, tecidos de seda, lã e algodão, obras em metal e objectos de luxo.

É porém com D. Dinis que este tráfico internacional assume maiores proporções e se torna mais assíduo e regular.

Tão grande importância atingiram essas viagens de negócio que os mercadores do tempo, tomaram a iniciativa de estabelecer por acordo entre eles, um primeiro estatuto de seguros marítimos, dando forma a uma instituição que o professor Dr. Mosés Amzalak considera como a primeira Bolsa de Seguros que existiu no mundo civilizado.

Já Vilhena Barbosa afirmara: — Neste progresso, como em muitos outros, Portugal tomou a dianteira às nações que hoje se ufanam de mais cultas⁽¹⁾.

(2) «Estudos Históricos e Económicos».

(1) «Estudos Históricos», vol. I, pág. 148.

Por diploma de 10 de Maio de 1923, D. Dinis deu força de Lei àquele contracto realizado pelos mercadores.

Não será descabido transcrever aqui algumas das suas disposições, pelo valor e significado que tem aquele documento, tendo em conta a época em que veio à publicidade.

«.. a qual postura he tal que todolas arcas que fossem de cem tonnees acima e carregassem nos portos de meus regnos pera em Frandres, ou pera Engraterra, ou pera Lormandia, ou pera Bretanha, ou pera Arcochela que pagassem vinte soldos destilliis no frete e as outras barcas que fossem de cem toneis afundo, que pagassem dos soldos destillis, e outro si que se alguma barca fôr fretada dos mercadores de inha terra pera alem mar, ou pera Sevilha, ou pera os outros lugares, e que van pera cada huuns destes logares de suso-ditos, paguem cada huma dessas barcas assi como de susodito, e dest'aver devem a tær em Frandres esses mercadores cem marcas de prata, ou a valia d'ellas, e o outro em inha terra, em aqueles logares hu eles tiverem por bein...» (1)

Por este documento se reconhece quais as praças de comércio externo em que se apoiava o intercâmbio de mercadorias naquele reinado.

Por outro lado, será exacto que aquela postura representava a primeira constituição de seguro mútuo em Portugal? Sabe-se na verdade que as chamadas *mútuas* de gado tinham prática assente nas terras do norte do País, desde os alvares da nacionalidade.

O *cepo*, cofre em que se juntava o produto de derramas em certas freguesias, para indenisar a perda de alguma cabeça de gado bovino, e muitos outros costumes semelhantes, trazem uma tradição de séculos anteriores, alguns mantendo-se ainda hoje em uso.

Provado o alto interesse que então se ligava ao incremento do comércio marítimo internacional, é muito plausível que Bartolomeu Joannes, seu *auxiliador em rasgadas empresas*, possuidor de riqueza em França e na Flandres, tivesse acompanhado o rei, seu amigo, no decidido e manifesto propósito de folgar a economia nacional, ampliando as fontes de receita, pelas permutas com o estrangeiro.



O ilustre olisipógrafo sr. engenheiro Vieira da Silva, diz-nos (1) que Bartolomeu Joannes viveu em uma das casas da Torre da Encrevaninha (2), e que por

(1) Livro da Estr. — T. T.

(1) «A Cerca Moura».

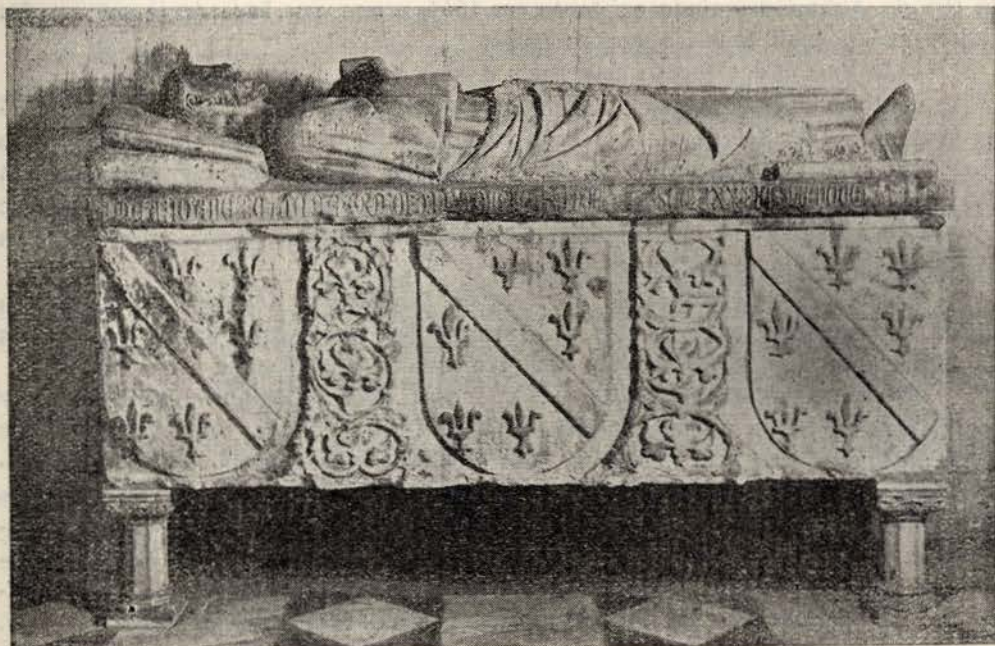
(2) Em documento da época: — *escrivanya*. Escrevaninha ou *escrivanya* referia-se ao officio de *escrivão*. — Daqui poder supor-se que Bartolomeu Joannes

muitos anos deixou ligado o seu nome a uma rua da freguesia da Sé, ignorando qual fosse.

Na Torre da Escrevaninha, ocupando as lojas, ou junto do edificio, estava instalado o Paço do Trigo, e no andar ou andares superiores, ficava a Casa da Portagem. A oriente o Paço da Madeira. É certo pois que na Torre, ou em edificios anexos, funcionavam diversos serviços públicos.

A que título residia na mesma Torre, ou nas casas anexas, Bartolomeu Joannes?

Por ter algum cargo official? Como representante do Grémio dos Mercadores,



Túmulo de Bartolomeu Joannes

de alguns interesses da Coroa, ou mesmo por ter como o seu sucessor na residência Afonso Pires o emprego de tesoureiro?

Sem dúvida porque desempenhava serviços de interesse do Estado.

Na Ribeira Velha, à Judiaria de Alfama, não longe da morada de Bartolomeu Joannes, estavam situadas as tercenas deste lado, circunstância que deverá recordar-se.

tivesse exercido aquele officio ou o de tabelião. O documento que adiante se menciona, investindo Afonso Pires no cargo de tesoureiro e dando-lhe a residência na Torre que tinha habitado Bartolomeu, prova que assim não era.

Que ele ali residia, na célebre Torre, não há a menor dúvida, pois que muito expressamente se diz no testamento lavrado pelo tabelião Domingos Martins, em 28 de Novembro de 1324, que este instrumento era feito nas casas que chamam Torre da Escrevaninha, onde morava e onde jazia em sua cama, com todo o seu juízo.

Podia supor-se que a rua da freguesia da Sé que, como se referiu, teria tomado o nome de Bartolomeu Joannes, fosse aquela que, na direcção norte-sul, separava a Torre da Escrevaninha do Paço da Madeira.

J. A. Nogueira, no artigo já citado, dizia-nos entretanto que a sua morada fora junto da Sé, no Beco de Bartolomeu Joannes, às Cruzes da Sé, por cima da rua do Almargem, ainda existente em 1551, e que este beco devia ser um dos muitos que por ali havia com outro nome.

Luís Pastor de Macedo estudando o caso chega a esta conclusão:

«O Beco de Bartolomeu Joannes deveria ter sido portanto o beco que em 1755 se denominava do Seixas» (1). E informa que parte deste beco ainda existe, não possuindo a designação porém por lá ter residido Bartolomeu Joannes, mas sim da localização do hospital, ou albergaria, que ele fundara, situado na rua de Afonso de Albuquerque, que, segundo Cristóvão de Oliveira, ficava entre os becos do Lagar do Mel e de Pedro de Abreu.

Ainda sobre a localização do Beco de Bartolomeu Joannes, do hospital e capela, encontramos um processo de averiguações, organizado em 1629, que nos dá as seguintes indicações, quando descreve os bens pertencentes à fundação.

«Primeiramente huas casas em que vive Pedro Fernandes administrador (da Capela de S. Bartolomeu, pessoa da família do fundador, como veremos) que estão junto da Sé da dita cidade em hum beco sem saída que se chama o beco desta capella, as quaes casas tem huma loja que está na rua que vem da porta do mar para a praça dos canos a qual está defronte das casas de Afonso de Albuquerque, freguesia da dita Sé e parte ao norte com casas do mesmo espirital e capella, e a sul com a dita rua pública, e a levante com casas de Diogo Vaz da Veiga (1) e ao poente com casas da Sé que teve Christovam e Monte Royo (2) e (3).

(Continua)

(1) «Lisboa de Lés a Lés» vol. II, pág. 198.

(1) Na aclamação de D. Manuel, em 1495, Diogo Vaz da Veiga, «em nome dos governadores e regedores fez huma muy boa arengua de como lhe entregavam (a D. João de Castro, conde de Monsanto, sr. de Cascaes e alcaide mór de Lisboa e do seu Castelo) a dita bandeira real e que soamente acudisse com ella ao dito senhor rey dom Manoel e nom a nenhuma cutra pessoa». — L.º I, de Místicos, publicação da C.M.L., a pág. 86.

(2) L.º 4.º das Capelas da Corôa, pág. 123 — T.T.

(3) No «Livro do Lançamento», códice quinhentista do Arquivo Histórico da C.M.L., publicado pela mesma Câmara, em 1947. Cristóvão de Monte Arroio figura como proprietário de casas na rua de Afonso de Albuquerque e de outras no *Beco que vay sair a See*. — Em 1565.

O PALÁCIO DOS SOUSAS-CALHARIZ

pelo DR. LUCIANO RIBEIRO

O Calhariz, na extrema Sul do Bairro Alto, viu-se, nos tempos passados, lugar procurado para nele se levantarem belos palácios. Toda essa zona foi povoada de magníficas e opulentas residências, das quais, hoje, vemos ainda tantas mas já sem nelas se cruzarem as vozes e os passos dos seus possuidores.

Sem querer falar no que vai por esse Bairro Alto fora, e só partindo da esquina da Rua Formosa, hoje Rua do Século, logo aí encontramos o palácio dos Castro Marim e Olhão, onde durante largos anos esteve instalado o Correio Geral, e que nos lembramos de ser conhecido pelos «correio velho», onde esteve instalada a célebre Confederação Geral do Trabalho (a C. G. T.), e o jornal «A Batalha». O cunhal deste palácio é dos mais belos trechos arquitectónicos que a velha Lisboa nos legou. Em parte desse edifício estiveram instaladas a redacção e a tipografia do jornal «Revolução de Setembro» que foi de Rodrigues Sampaio.

Subindo, entre a Rua do Marechal Saldanha e a Calçada da Bica, está o palácio Azambuja. Foi ali o palácio de D. Álvaro Vaz de Almada, o herói de Alfarrobeira, o qual foi confiscado depois da derrota do infante D. Pedro, passando sucessivamente aos Távoras, ao marquês de Valada e aos condes de Azambuja. O edifício actual é posterior ao terramoto de 1755, que arruinou o anterior, tendo ali morrido, vítima da catástrofe, o Embaixador de Espanha. Ali esteve o jornal «A Luta».

Frente a este palácio, e enquadrado pelas Ruas Luz Soriano e da Rosa encontra-se um outro, aquele onde está a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, de arquitectura infeliz, o qual substituiu a magnífica residência do principal Lázaro Leitão Aranha, e foi reformado no final do século XVIII, por Joaquim Inácio da Cruz Sobral. Este Joaquim Inácio e seu irmão Anselmo José, deram ali magníficas festas. Havia precioso recheio mobiliário, pinturas de Correggio e Salvador Rosa, retratos dos condes de Narbonne, por Gerard e M.^{me} Vigié-Lebrun e os dos filhos de Luís XV, em esmalte, etc. Em princípio do Século XIX, estiveram ali instalados: a Academia Real das Ciências, os quartéis gerais de Wellington e Beresford (1811-1813), o quartel general da 1.^a divisão e o célebre Hotel Mata.

Dentre as festas ali realizadas por Anselmo José da Cruz Sobral, destacamos a que depois de 29 de Abril de 1793 foi dada em comemoração do nascimento, nesta data, da Princesa da Beira. Representou-se o drama por música «Il natale augusto», letra de Gaetano Martinelli e árias de António Leal Moreira,

e de Monfalim e 4.º capitão da Guarda Real dos tudescos (arceiros) cargo que houve por sua mulher D. Mariana de Sousa ser neta do 5.º capitão da Guarda Real a pé do Cardeal D. Henrique e de Filipe I.

Foi este D. Francisco de Sousa, filho de D. António de Sousa e de D. Leonor de Mello Coelho. Dele muito nos fala João Carlos Feo no seu livro «dos Duques». Era pessoa muito culta e amiga dos doutos, o que se verifica pela transcrição de uma sua carta publicada no princípio do tomo 5.º do vocabulário português e latino do padre Bluteau, carta que D. Francisco escreveu ao erudito teatino autor do vo-



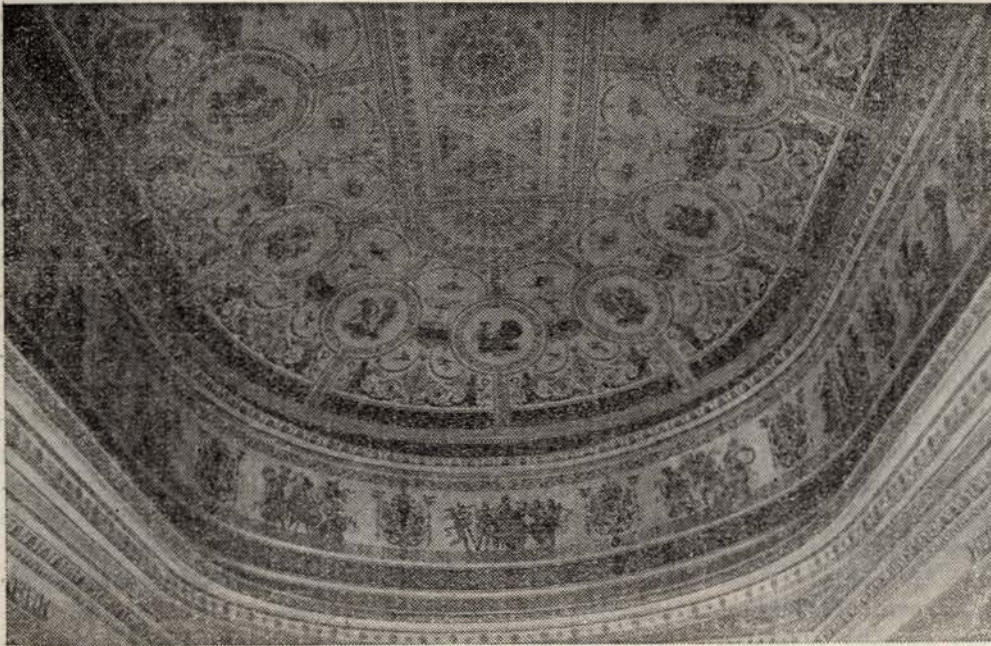
Salão nobre

cabulário, estando este em Paris. Bluteau consagra-o dizendo, «Varão cortado dos astros para modelo de galantaria aulica e da política sagacidade». Noutro ponto, Bluteau refere-se-lhe dizendo: «Cavalheiro em toda a matéria aulica consultado como oráculo; cuja presença inspira respeito e cuja ausência ainda hoje martirisa a nossa saudade».

Morava este D. Francisco de Sousa, pelo 3.º quartel do Século XVII, na rua do Lamba, por trás da Paroquial de Santa Catarina. O erudito Júlio de Castilho, supõe que a casa onde D. Francisco morou, fosse aquela onde viveu durante muitos anos o autor da História dos Estabelecimentos Científicos, Artísticos e Literários em Portugal — José Silvestre Ribeiro.

e de Monfalim e 4.º capitão da Guarda Real dos tudescos (arceiros) cargo que houve por sua mulher D. Mariana de Sousa ser neta do 5.º capitão da Guarda Real a pé do Cardeal D. Henrique e de Filipe I.

Foi este D. Francisco de Sousa, filho de D. António de Sousa e de D. Leonor de Mello Coelho. Dele muito nos fala João Carlos Feo no seu livro «dos Duques». Era pessoa muito culta e amiga dos doutos, o que se verifica pela transcrição de uma sua carta publicada no princípio do tomo 5.º do vocabulário português e latino do padre Bluteau, carta que D. Francisco escreveu ao erudito teatino autor do vo-



Salão nobre

cabulário, estando este em Paris. Bluteau consagra-o dizendo, «Varão cortado dos astros para modelo de galantaria aulica e da política sagacidade». Noutro ponto, Bluteau refere-se-lhe dizendo: «Cavalheiro em toda a matéria aulica consultado como oráculo; cuja presença inspira respeito e cuja ausência ainda hoje martirisa a nossa saudade».

Morava este D. Francisco de Sousa, pelo 3.º quartel do Século XVII, na rua do Lamba, por trás da Paroquial de Santa Catarina. O erudito Júlio de Castilho, supõe que a casa onde D. Francisco morou, fosse aquela onde viveu durante muitos anos o autor da História dos Estabelecimentos Científicos, Artísticos e Literários em Portugal — José Silvestre Ribeiro.

Adquiriu D. Francisco de Sousa à Condessa Baroneza de Alvito, um terreno enquadrado entre a rua direita do Loreto, a do Trombeta, a travessa das Mercês e a Rua da Rosa, por 18.000 cruzados, mais um terreno e umas moradias contíguas da mesma *ilha*. Havia também outro casebre na travessa das Mercês, pertencente à capela instituída por um tal Fernão Peres, com encargo de Missas no Convento de S. Francisco. Administrava o Convento o licenciado João Baptista que a sobrogou a D. Francisco por um juro de 5\$000 réis, seu rendimento, no estanque de tabaco, para o que lhe passou alvará de licença em 1699.

Foi nesse local — Que D. Francisco realizou o seu sonho. Constituiu o grande e alto prédio que, por ser do Morgado do Calhariz deu nome ao sítio.

D. Francisco de Sousa pouco gozou do seu palácio, visto que faleceu a 5 de Fevereiro de 1711, com os seus 90 anos. Ali ficou vivendo seu filho, também de nome D. Francisco, que ali faleceu em 14 de Novembro de 1721, com 29 anos de idade. Ali viveram as gerações sucessivas dos Sousas Calhariz até que no final do Século XVIII e começo do XIX ali se estabeleceu a Academia Real de Fortificação, fundada em 1790. Era então o palácio pertença de D. Alexandre de Sousa Holstein, embaixador em Roma.

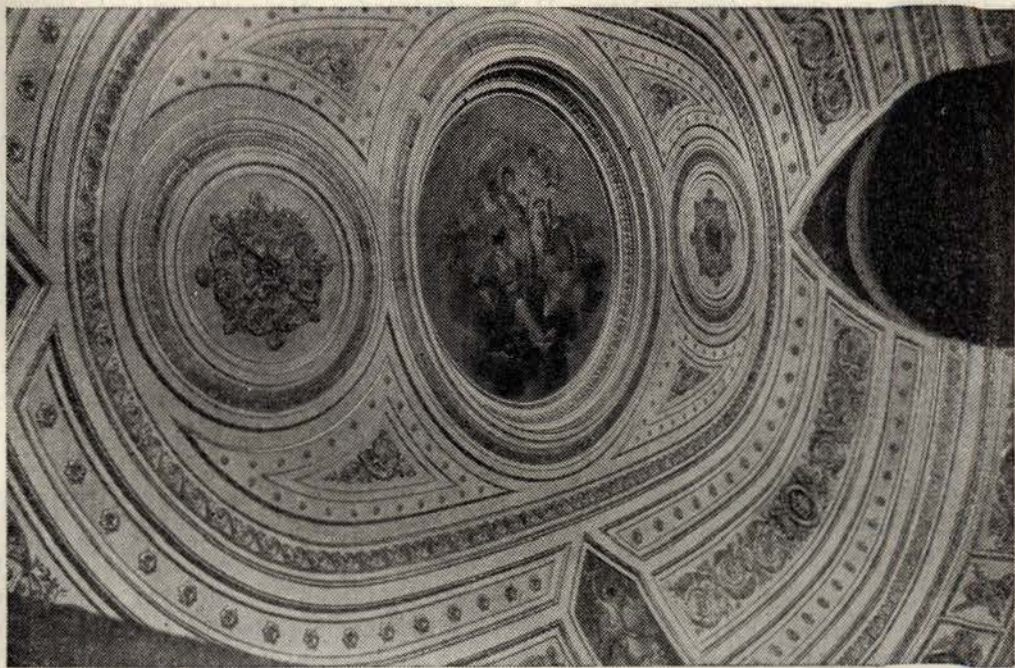
Chega-se ao Século XIX. Aparece-nos a figura notável do 1.º Marquês e 1.º Duque de Palmela — D. Pedro de Sousa Holstein, talento insigne como diplomata e estadista, poeta distinto mesmo em língua estrangeira. Vivia no seu palácio do Rato e alugou o andar nobre do do Calhariz à Câmara Eclesiástica por 800\$000 réis. Em 1830, sai a Câmara e desde Junho desse ano é a casa ocupada pelo Contador e fiscal da Tesouraria geral das Tropas. Durante o governo do Senhor D. Miguel, o duque não recebeu renda, porquanto o governo considerou nacionais os bens daqueles que tinham seguido a causa de D. Maria II. Depois da instauração do governo constitucional requereu o bolso de tudo quanto deixara de receber.

D. Pedro — com o seu espírito de artista desejou aperfeiçoar e restaurar a sua casa. Dá-lhes início em 1842. Em Dezembro, a Câmara Municipal combina com Palmela ceder-lhe o lanço da Rua do Trombeta ao longo do Palácio e as casas pequenas e insignificantes que a orlavam até à Rua da Atalaia, para derubar os pardieiros e em todo o espaço construir um jardim e um prédio em continuação da fachada sobre a travessa das Mercês. Por tal cedência entregou o Duque à Câmara Municipal um conto de réis para se aplicar na construção de um cano geral na Calçada do Combro.

Em 1844 estava no auge a faina das obras. O Conde de Raczynski, visitou-as acompanhado pelo cenógrafo Cinatti e ali viu as novas pinturas decorativas e os estuques. As obras eram dirigidas por Cinatti e Ramboi, dois artistas architectos e cenógrafos.

Compõe-se o palácio de lojas, sobre-lojas, primeiro e segundo andares, sendo este último o andar nobre. É corrido de mezarinos elípticos, colocados com o eixo maior horizontalmente. Tem sete janelas de frente, todas de peitos, excepto a varanda que sobrepuja no primeiro andar o portão, e as do segundo andar que são de

belas sacadas adornadas de cornija ressaída. No meio, um largo portão ladeado por 2 colunas doricadas, reunidas por entabelamento que serve de suporte à varanda a que já nos referimos, e que é abalaustrada. A face que dava para a Rua do Trombeta, dá agora para o jardim contíguo, com seu grande portão de ferro, de magnífica traça, entre duas colunas de mármore, terminadas por vasos com piteiras. Na esquina da Rua da Atalaia, tem este jardim um edículo monumental



Sala da Música

(Repare-se na alegoria central onde está Camões homenageado pelas musas)

de cantaria, de belo estilo, traçado por Cinatti. A frente do lado da travessa das Mercês é a maior de todas, por que se prolonga num corpo acrescentado pelo Duque D. Pedro, e faz fundo ao jardim.

No alto do palácio, junto à cornija, está o brasão da casa.

Já dissemos que o andar nobre é o segundo. As salas quer do primeiro andar, quer do segundo, são amplas e ostentam telas ou estuques ou pinturas. De todas as decorações destaca-se em primeiro lugar a do salão nobre. O salão é rectangular coberto por uma caixa interceptada por um meio elipsoide de revolução coberto de pequenas telas emolduradas em estuques, nas quais estão pinturas de motivos mitológicos. Este, como os outros deste andar a que vamos

referir-nos, podem atribuir-se ao pincel de Cinatti. Junto a este salão um outro, elítico, a que podemos chamar a Sala dos Espelhos ou da poesia. Era a sala de música. O teto, de bela pintura, apresenta-nos uma alegória à poesia, que tem sobre a perna direita um busto de Camões, com as musas em volta, estando a ser colocada na cabeça do grande lírico uma coroa de louros.

No mesmo andar vamos topar com a sala dos brasões, que tem no teto em estuque dourado, em orla, alternados brasões das armas da casa Palmela, e outros que no escudo têm as letras D M enterlaçadas. Na parte central, em pequenos octógonos aves exóticas de cores magníficas. Numa das paredes um lindo fogão de mármore florentino. Em seguida a este salão aquela a que poderemos chamar sala da Quadriga, por ter no teto uma quadriga pintada a fresco.

No mesmo andar, ainda, na parte ocupada pelo Sindicato Nacional dos Músicos, dois grandes salões ligados por um arco. No primeiro, de entrada, um grande brasão das armas dos Palmelas. Neste salão está um magnífico fogão de sala, em mármore florentino; no segundo umas pinturas no teto menos dignas de nota. Ainda no mesmo piso, a sala ora ocupada pela Direcção do Sindicato Nacional dos Músicos, que ostenta um teto de vistosa pintura barroca, apresentando-nos uma alegória. Era aqui o quarto de dormir do 1.º Duque de Palmela.

No patamar da escada principal, por outra porta subia-se para a capela, onde admiramos um Sacrário de mármore rosa, branco e preto, digno de registo.

No primeiro andar, a sala grande apresenta-nos um teto de estuques dourados e pinturas também de grande interesse.

As restantes salas dos dois andares têm pinturas de simples motivos e de simples decoração.

O Conde de Raczynski refere-se a vários quadros deste palácio: um, em madeira, representando S. Miguel derrubando o dragão, dizendo que o houvera visto já na oficina de Tiniransi, grande restaurador que, ao tempo, trabalhava em Lisboa; oito quadros da vida da Virgem Nossa Senhora, por Abraão Prim; quatro outros, sobre cobre, ao estilo de Brenghel; o retrato de um homem calvo; outro de um ministro do tempo de Pombal; um teto antigo, rico como composição e perspectiva, estilo Luís XV. (Será o da alegória de que falamos?)

Neste palácio do Calhariz deu o 1.º Duque de Palmela bastas festas que foram memoráveis. Digno de registo era o facto de a Guarda Real dos Archeiros estar formada em alas ao longo da escadaria, e estarem dois guardas a cada porta das salas, circunstância que somente aqui podia ocorrer, por ser o Duque o Capitão daquela guarda.

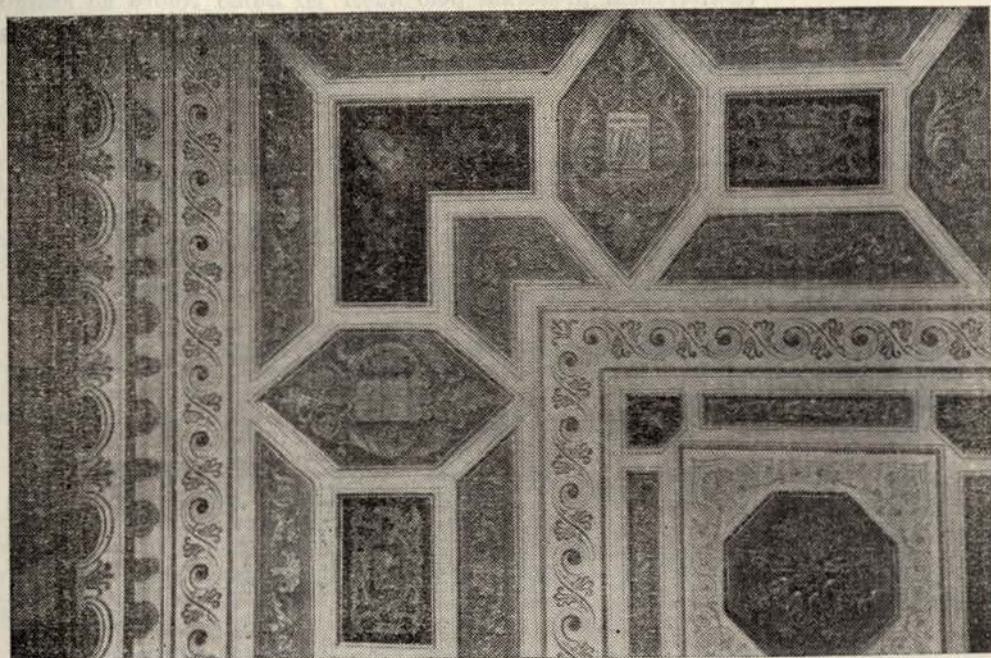
Neste palácio morou pelos anos de 1855 e 56 o capitalista Manuel Pinto da Fonseca, conhecido pela alcunha de «o Monte-Cristo», homem tão rico quanto benemérito e generoso. Aqui esteve também a Companhia dos Caminhos de Ferro de Salamanca. Era representante do Director aqui, Eugénio Pagé, que habitava uma parte da casa.

Em Julho de 1882 instalou-se ali o Ministério dos Negócios Estrangeiros, pagando o aluguer anual de 4.420\$000 reis. Este ministério passou em Janeiro de

1892 para o lado oriental do Terreiro do Paço. Ficou então o palácio novamente isolado.

Em 18 de Janeiro de 1910 foi aqui inaugurado o Museu Nacional de Marinha, onde se expunha a colecção oceanográfica organizada por S. M. El-Rei D. Carlos, uma das mais notáveis ao tempo existentes, em que aquele Rei, que era ao mesmo tempo um sábio, trabalhou com Paul Choffat.

Durante anos, neste palácio, esteve instalada a Liga Naval e depois o Automóvel Club de Portugal, fundado pelo Senhor Infante D. Afonso. Ultima-



Pormenor da Sala dos Brasões

mente foi este palácio vendido ao Estado para nele se instalarem repartições da Caixa Geral dos Depósitos, Crédito e Previdência. É mais outro palácio que vai desaparecer das mãos da família dos seus fundadores, nas quais vinha desde o século XVII em que foi edificado.

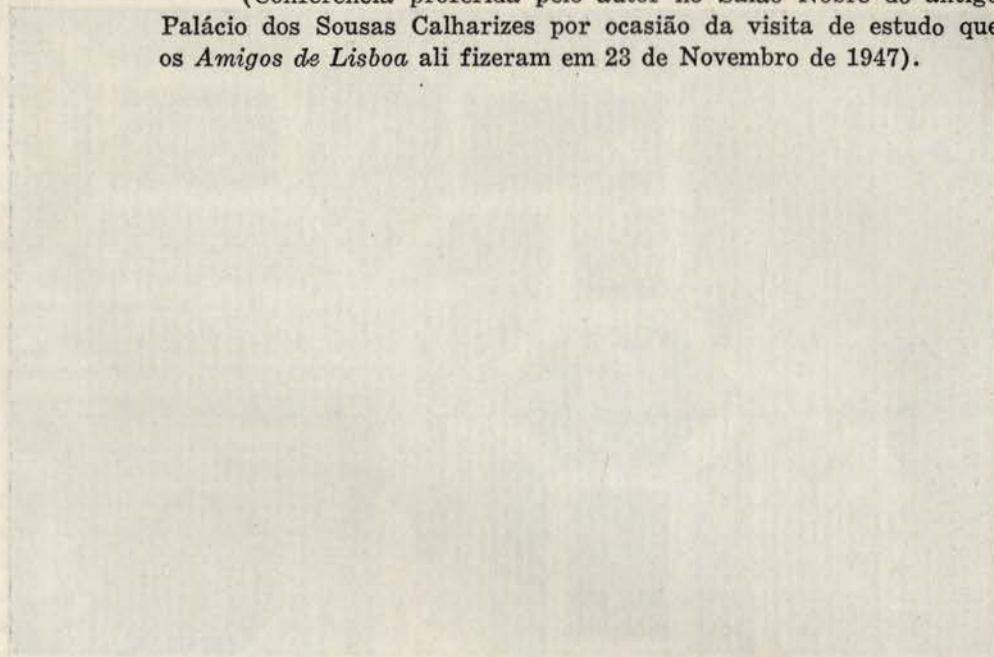
Que resta em Lisboa de palácios na posse e habitados pelos descendentes dos seus fundadores?

Que nos ocorra, o dos Marqueses de Fronteira, em S. Domingos de Benfica, essa jóia extraordinária que ostenta uma famosa colecção de azulejos notáveis dos séculos XVII e XVIII, com as figuras dos chefes da família — os do lago —

das campanhas em que alguns intervieram — os da sala das batalhas; o dos Marqueses de Castelo Melhor, no Largo da Rosa; o do Marquês de Olhão, em Xabregas; o do Marquês de Rio Maior, na Anunciada; o dos Duques de Lafões, no Grilo; o do Conde das Alcáçovas, na Rua da Cruz dos Poiais. Outros há na posse da família dos fundadores, mas não por ela ocupados.

Deus queira que — e disso estamos convencidos — o palácio dos Sousas-Calhariz ao passar para o Estado, veja conservadas as obras de arte que nele se contêm.

(Conferência proferida pelo autor no Salão Nobre do antigo Palácio dos Sousas Calharizes por ocasião da visita de estudo que os *Amigos de Lisboa* ali fizeram em 23 de Novembro de 1947).



AS GRADES DA PATRIARCAL

por J. M. CORDEIRO DE SOUSA

A bula pontifícia de 7 de Novembro de 1716 elevava a Patriarcal a antiga «Capela Real» do Paço da Ribeira. O templo, embora sumptuoso, era pequeno para bem corresponder à categoria a que fôra elevado, e D. João V resolveu transformá-lo com a magnificência que punha em todos os seus empreendimentos. As obras de ampliação deram à nova catedral quase o dobro das antigas dimensões, tornando-a de três naves com 12 magníficos altares, não contando com a capela-mor (1). Para maior sumptuosidade da nova igreja metropolitana o Rei encomendou no País e no estrangeiro quantas peças e alfaias a sua requintada fantasia lhe foi lembrando.

Caetano de Sousa, na sua *História Genealógica*, diz que a ornara com muitas pedras de grande valor, com «oiro e prata, e diversos metais, brocados, sedas, bordados», etc. (2).

Assim, as grades para os portões mandou-as fazer em Paris, por intermédio do seu agente Francisco Mendes de Góis, embora o respectivo debuxo tenha sido executado em Lisboa por Ludovice. Referem-se a essa encomenda os curiosos trechos de duas cartas do aflito guarda-jóias, que a seguir se transcrevem:

«..... O mesmo S.^{or} me pergunta todos os dias pelas grades, estando na intelligencia de que V. mc.^o está entregue dos riscos ha m.^{to} tempo, e eu lhe disse que V. mc.^o se applicava todo a isso, mas que os riscos tinham m.^{to} que executar, pois Federico os tinha feito com a sua costumada perfeição, e como obra sua que hia apparecer em Paris.

Ordenou-me avizasse logo a V. mc.^o p.^a que as applicasse com toda a efficacia, e que lhe dicesse que deixava a seu arbitrio o extrahir dos taes riscos aquillo que fosse mais difficil de executar, assim pelo tempo que occupava, como pello excesso de despeza que fazia. E que lhe dicesse que as taes grades devião servir em tres portas de huma escada nova que se fez na Patriarchal. E ficão as tres portas no mesmo pavimento do Pateo da Capella, no mesmo andar em que estão as tendas. E que assim parece grande excesso couza tão primorosa.

E eu o que pesso a V. mc.^o pello amor de Deus, e pella nossa amizade, he que faça V. mc.^o nesta moderação o que melhor entender, mas que as faça fazer logo, e que me dê alguma escuza da demora: ou por conta da falta dos obreiros, ou da difficuldade da execução dos riscos, ou como V. mc.^o melhor entender, assim para evitar hum grande desgosto a Federico, pois teve os riscos na sua mão mais de hum anno sem lhos poder arrancar, e El Rey na intelligencia que elles estavam em Paris

Lx.^a 13 de 7b.^o de 1746

S.^{or} Francisco Mendes de Goes.

am.^o m.^{to} do Coração e o mais obrig.^o
a V. Mc.^o

Pedro An.^{to} Vergollino

(1) Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, liv. 3, cap. XIX, pág. 394 (ed. 1893).

(2) Tomo 8, pág. 235, citado por Castilho, in *A Rib. de Lisboa*, pág. 397.

«..... Nosso Amo e S.^{or} me ataca todos os dias pellas grades e, supondo-as acabadas, as dezeja já postas no seo lugar. E principalm.^{te} agora que está determinada a Sagração da S.^{ta} Igreja Patriarchal p.^a o dia 13 de Novembro.....».

Lx.^a 25 de 8b.^o de 1746.

S.^{or} Franc.^o Mendes de Goes.

am.^o m.^o do Coração e o mais oubrig.^{do}
a V. mc.^e

Pedro An.^o Vergollino

Parece que os quisilentos portões sempre vieram a tempo, pois a igreja foi sagrada no dia determinado pelo Rei, 13 de Novembro daquele ano de 1746 (3).

O *Federico* mencionado na primeira carta era João Frederico Ludovice, conhecido architecto de Mafra, que não só fez os desenhos para estas grades, mas para diversas peças de ourivesaria religiosa encomendadas pelo Soberano nas célebres oficinas do Louvre, como se verifica pela correspondência publicada pela Academia Nacional de Belas-Artes.

Estas grades eram de bronze (4), e a porta da Capela Real, também da autoria de Ludovice, foi, mais tarde, aplicada na igreja de S. Domingos (5).

(3) J. B. de Castro, *Mappa de Portugal*, P. V., cap. II, § 6, pág. 303 e segs. (ed. 1758).

(4) Xavier da Costa, *As Belas-Artes Plásticas em Port. durante o séc. XVIII*, pág. 50.

(5) Cyrillo Volkmar Machado, *Col. de Mem., etc.*, pág. 177 ed. 1823), citado por Castilho in *A Rib. de Lisboa*, pág. 427.

O LIVRO DAS MARCAS DE OURIVES, DA CÂMARA DE LISBOA

(1791-1833)

Por MANUEL SANTOS ESTEVENS

(Conclusão)

- 100 P I S. *SANCHES (Possidónio José)* P
Mestre do officio de ourives da prata, com loja na rua do seu arruamento. Apresentou em 1807-Junho-15 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais P I S. (fl. 28 v.)
- 101 I. A. *SANTO (João António do Espírito)* P
Mestre do officio de ourives da prata, por carta de exame que apresentou, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1830-Setembro-24 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais I. A. (fl. 61)
- 102 A. I. S. *SANTOS (António José dos)* P
Mestre do officio de ourives da prata, por carta de exame que apresentou, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1824-Dezembro-16 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais A. I. S. (fl. 55)
- 103 A. I. *SANTOS (António José Pires Dias)* O
Mestre do officio de ourives do ouro, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1807-Agosto-3 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais A. I. (fl. 36 v.)

- 104 B. S. SANTOS (*Bento José dos*) O
Mestre do officio de ourives do ouro, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1807-Julho-8 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais B. S. (fl. 33 v.)
- 105 I. I. S. SANTOS (*Isidoro José dos*) P
Mestre do officio de ourives da prata, por carta de exame que apresentou, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1828-Agosto-20 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais I. I. S. (fl. 60 v.)
- 106 J. A. S * SANTOS (*João Amaro dos*) P
Mestre do officio de ourives da prata, morador na travessa da Bica do Desterro, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1797-Julho-17 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais J. A. S (fl. 11 v.)
- 107 I. L. R. SANTOS (*José Ladislau da Rocha*) P
Mestre do officio de ourives da prata, pela carta de exame que apresentou, com loja no seu arruamento, morador à Mouraria, freguesia do Socorro. Apresentou em 1808-Agosto-17 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais I. L. R. (fl. 37 v.)
- 108 M S SANTOS (*Manuel dos*) P
Mestre do officio de ourives da prata, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1804-Maio-12 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais M S (fl. 24)
- 109 N. A. S. SANTOS (*Norberto António dos*) P
Mestre do officio de ourives da prata, pela carta de exame do seu officio, que apresentou, morador e com loja no seu arruamento, freguesia de S. Nicolau. Apresentou em 1809-Novembro-18 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais N. A. S. (fl. 40)

110 F L S *SERRA (Francisco Luís)* P

Mestre do officio de ourives da prata, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1804-Agosto-8 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais F L S (*fl. 24 v.*)

111 A G S * *SILVA (António Gomes da)* P

Mestre do officio de ourives da prata, morador na rua dos ourives da prata, com loja no mesmo arruamento. Apresentou em 1798-Dezembro-20 a registo na Secretaria do Tribunal do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais A G S (*fl. 12 v.*)

112 A I. S. *SILVA (António Joaquim Soares da)* P

Mestre do officio de ourives da prata, morador no seu arruamento. Apresentou em 1804-Maio-4 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais A I. S. (*fl. 23 v.*)

113 A.M.S. *SILVA (António Martins da)* P

Mestre do officio de ourives da prata, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1814-Agosto-25 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais A.M.S. (*fl. 45 v.*)

114 C. J. M. S. *SILVA (Cirilo José Maz da)* P

Mestre do officio de ourives da prata. Apresentou em 1826-Junho-9 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais C. J. M. S. (*fl. 57 v.*)

115 F I S * *SILVA (Filipe José da)* P

Mestre do officio de ourives da prata, morador no seu arruamento, freguesia de S. Nicolau. Apresentou em 1793-Junho-15 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais F I S. (*fl. 5*)

- 116 I F * *SILVA (Joaquim Feliz da)* O
 Mestre do officio de ourives do ouro, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1807-Junho-25 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais I F (fl. 29 v.)
- 117 I S S *SILVA (Joaquim Soares da)* P
 Mestre do officio de ourives da prata, morador na rua dos Cavaleiros, freguesia do Socorro e com loja no seu arruamento. Apresentou em 1820-Agosto-8 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais I S S (fl. 50 v.)
- 118 M. J. A. S. *SILVA (Matias José Antunes da)* P
 Mestre do officio de ourives da prata, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1804⁽¹⁾-Dezembro-5 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais M. J. A. S. (fl. 25 v.)
- 119 I F S * *SILVÃO (José Ferreira)* P
 Mestre do officio de ourives da prata, morador na rua Bela da Rainha. Apresentou em 1800-Julho-28 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais I F S (fl. 15 v.)
- 120 I M S *SILVEIRA (José Maria da)* P
 Mestre do officio de ourives da prata, com loja no seu arruamento e morador na praça da Alegria. Apresentou em 1801-Novembro-20 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais I M S (fl. 17 v.)
- 121 C F S * *SOUSA (Caetano Feliz da Silva e)* P
 Mestre do officio de ourives da prata, morador na rua dos Algibebes, freguesia da Madalena. Apresentou em 1807-Março-9 a registo na Secretaria do Tribunal do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais C F S (fl. 27)

(¹) Conjecturamos que seja este o ano pela sequênciã cronológica, pois o termo só diz: «de mil oito e annos».

- 122 I P S * SOUSA (*José Pedro de*) P
Mestre do officio de ourives da prata, morador e com loja no seu arruamento. Apresentou em 1795-Agosto-6 a registo na Secretaria do Tribunal do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais I P S (fl. 8 v.)
- 123 L. I. P. S. SOUSA (*Luís José Pereira de*) P
Mestre do officio de ourives da prata, morador e com loja no seu arruamento. Apresentou em 1804-Fevereiro-18 a registo na Secretaria do Tribunal do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais L I. P. S. (fl. 21 v.)
- 124 B. R. SOUTO (*Bento José Rodrigues*) O
Mestre do officio de ourives do ouro, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1807-Agosto-3 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais B. R. (Assina Roiz) (fl. 36)
- 125 A. N. T TORRES (*Alexandre Norberto*) P
Mestre do officio de ourives da prata, morador no seu arruamento, n.º 93, tendo no mesmo a sua loja, n.º 196. Apresentou em 1812-Setembro-24 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais A. N. T (fl. 43)
- 126 I A F T TORRES (*Joaquim António da Fonseca*) P
Mestre do officio de ourives da prata, morador na rua dos ourives da prata, n.º 208, com loja no seu arruamento, n.º 207. Apresentou em 1813-Maio-20 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais I A F T (fl. 44)
- 127 I. D. T. TORRES (*José da Costa*) P
Mestre do officio de ourives da prata, por carta de exame que apresentou, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1824-Janeiro-7 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais I. D. T. (sic) (fl. 54 v.)


128 Z. I * *VIEIRA (Zeferino José)* O

Mestre do officio de ourives do ouro, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1807-Junho-25 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais Z. I, embora no termo se indiquem Z. I. V. (fl. 30 v.)

129 P. N. H. *XAVIER (Pedro Nolasco)* P

Mestre do officio de ourives da prata, com loja no seu arruamento. Apresentou em 1825-Agosto-29 a registo na Secretaria do Senado da Câmara de Lisboa a sua marca, que constava das letras iniciais P. N. H. (1) (fl. 56 v.)

(1) Possivelmente terá havido equívoco do lavrante do auto, e será um X a última letra da marca.

IIA	EXG	CIF	GIM	JAS
2	16	37	64	106
	LIC		USO	
	17		75	
IIA	CIF	BIF	AM	AGS
6	19	38	65	111
			AP	
			78	
DAB	AFC	DFE	ADOM	FIS
7	20	41	66	115
			UAP	
			79	
IB.		CFE	AN	IF
8	24	44	67	116
			IBP	
			80	
IG-B	IOC	MNG	CN	IFS
9	25	53	68	119
			EMP	
			85	
MIB	IG	IG	II	CFS
11	28	54	69	121
			TRR	
			89	
AGB	IME	AGL	IIN	IPS
13	35	58	71	122
			IIR	
			98	
ESA	AE	MEM	PN	ZI
15	36	60	72	128
			AJR	
			99	

OS PAÇOS DE XABREGAS

por FERREIRA DE ANDRADE

(Continuação)

Depois da morte da Rainha D. Catarina, perdem-se quase por completo as notícias da utilização dos Paços de Xabregas. Anos decorrem sem que se conheça quais foram os habitantes do palácio; que destino este teria tido após a perda da nossa independência. Foi o edifício alugado a uma ou mais famílias ou teria continuado, após 1580, na sua função de Paços Reais, embora sem nunca ter sido habitado?

É sem dúvida alguma — quanto a nós — a primeira hipótese a mais racional.

O último almoxarife do palácio foi nomeado já durante a usurpação castelhana, isto é, no reinado de D. Filipe II, por carta régia de 15 de Março de 1603 ⁽³¹⁾.

No entanto, ainda no ano de 1619 nos aparece mencionada em um dos livros paroquiais da freguesia de Santa Engracia ⁽³²⁾ uma tal *Maria, viúva, fiel dos Paços de Xabregas*, o que de certo modo demonstra pertencer ainda, nesse ano, o palácio ao erário régio.

Segundo o que foi estipulado na escritura feita entre D. João III e António Álvares Estaço para a compra da casa de Xabregas, o lugar de almoxarife dos novos Paços pertencia ao vendedor e, por morte deste, a *hũ filho que delle Antonio Alvarez e Izabel Gomes sua mulher ficar ou genro qual elles quizerẽ e hũ neto filho do dito filho ou da dita filha*.

Por uma escritura lavrada em 18 de Outubro de 1564 ⁽³³⁾ sabemos ter Izabel Gomes, já então viúva de António Álvares Estaço *que deos aia, cavaleiro fidalgo que foi da casa del Rey nosso senhor*, dotado sua filha Jerónima Madeira, pelo seu casamento com Simão de Seixas, com mil reis de tença proveniente do juro (na Alfândega de Lisboa) da venda da propriedade a D. João III e isto com a condição de lhe ser mandada dizer em cada ano, no convento de Xabregas, sete missas cantadas nas sete festas de Nossa Senhora *por sua alma e de Antonio Alvares Estaço seu marido e de seus antepassados*. ⁽³⁴⁾.

Esta escritura de doação dá-nos a entender que António Álvares não teria

⁽³¹⁾ *Chancelaria de D. Filipe II* — Livro XIV, fl. 30 V.

⁽³²⁾ *Livro 1 de Cas.*, fl. 45 V.

⁽³³⁾ Tombo das Obrigações da Capela do convento de S. Francisco de Xabregas — fl. 85 V. (Administração do 1.º Bairro).

⁽³⁴⁾ Em 1737 era administrador deste encargo D. Maria Joana de Vilhena. Foi abolido em 1790.

deixado nenhum filho varão e, assim, o lugar de almoxarife dos Paços viria a competir a seu genro. No entanto, em 1573 ⁽³⁵⁾ D. Sebastião nomeou para almoxarife João Alves Estaço que presumimos ser filho de António Álvares. Anos mais tarde, por carta de 15 de Março de 1603 ⁽³⁶⁾ D. Filipe II nomeia almoxarife dos Paços de Xabregas Gregório de Seixas, por falecimento de seu pai Simão Seixas. Teria sido após a morte de João Alves Estaço que Simão de Seixas, seu cunhado, tomou o cargo de almoxarife? Cremos ser esta a única ilação a tirar.



Desta família Seixas podemos dar à curiosidade dos leitores alguns dados colhidos nos registos paroquiais.

Gregório de Seixas que, como dissemos, foi nomeado almoxarife em 1603, casara, não sabemos em que ano, com Francisca Borges, senhora que lhe deu dois filhos, ambos baptisados na freguesia de St.^a Engracia: Simão no dia 13 de Abril de 1602 ⁽³⁷⁾ e Catarina no dia 12 de Dezembro de 1604 ⁽³⁸⁾.

Gregório de Seixas — o último almoxarife dos Paços de Xabregas — faleceu no dia 20 de Maio de 1646 ⁽³⁹⁾. Ignoramos que parentesco teria com este Gregório de Seixas o padre Miguel de Seixas, prior durante algum tempo da igreja de St.^a Engrácia e que faleceu no dia 11 de Janeiro de 1620 ⁽⁴⁰⁾. Era filho de Diogo de Seixas que conjecturamos ser tio do último almoxarife dos Paços; o seu registo de óbito, foi lavrado pelo punho de seu próprio filho nos seguintes termos: *faleceu a 27 de Maio de 1619 nesta freguesia (St.^a Engracia) nas minhas cazas meu Pay Diogo de Seixas* ⁽⁴¹⁾. Em um outro registo de óbitos, referente ao ano de 1620, também nos aparece mencionado como falecida no dia 3 de Setembro, Joana de Seixas, viúva de António de Seixas Abreu ⁽⁴²⁾ e bastantes anos depois, constam dos assentos da mesma freguesia o baptismo de 4 filhos de João de Seixas (que faleceu no dia 20 de Abril de 1693) e de sua mulher Juliana Ferreira: José a 8 de Maio de 1680 ⁽⁴³⁾; Manuel, a 6 de Abril de 1682 ⁽⁴⁴⁾; Vicente a 3 de Fevereiro de 1685 ⁽⁴⁵⁾ e António a 17 de Setembro de 1687 ⁽⁴⁶⁾. Os últimos assentos são referentes à morte de D. Tereza Caetana Engracia, mulher de Diogo de Seixas,

⁽³⁵⁾ Livro XXXI da Chancelaria de D. Sebastião, fl. 116.

⁽³⁶⁾ Livro XIV da Chancelaria de D. Filipe II, fl. 30 V.

⁽³⁷⁾ Livro I de Bapt., fl. s/n.

⁽³⁸⁾ Idem.

⁽³⁹⁾ Livro A de Obitos, fl. 102.

⁽⁴⁰⁾ O registo de óbito vem mencionado no Liv.^o I de casamentos, a fls. 44 v e diz: *faleceo o p.^o Miguel de Seixas cura q̄ foy desta igr. tres annos e nove meses e onze dias a hũ sabado às quatro oras e mea da tarde.*

⁽⁴¹⁾ Liv.^o I de Cas., fl. 41.

⁽⁴²⁾ Livro A de Obitos, fl. 3 V.

⁽⁴³⁾ Liv. II de Bapt., fl. 352 V.

⁽⁴⁴⁾ Idem, fl. 380 V.

⁽⁴⁵⁾ Idem, fl. 418 V.

⁽⁴⁶⁾ Idem, fl. 456.

ocorrida em 20 de Junho de 1717 e de Francisco de Seixas, em 9 de Agosto de 1732 ⁽⁴⁷⁾, o que prova ter esta família ficado durante bastantes anos a residir ainda na freguesia de Xabregas e, quanto a nós, em dependências dos antigos Paços.



De 1594 a 1632, que o mesmo é dizer durante quase todo o interregno da monarquia portuguesa, várias pessoas habitaram nos Paços de Xabregas ⁽⁴⁸⁾. A notícia é fornecida por alguns registos paroquiais de Santa Engracia.

Um dos assentos refere-se ao casamento, realizado à *porta do Mosteiro de São Francisco*, de D. Afonso de Noronha e de D. Maria Madalena. Foram testemunhas deste acto Francisco de Melo Belchior Pereira, Belchior Lopo e Gonçalo Fernandes que eram, segundo nos diz o referido assento, todos moradores nos *Paços de Enxobregas* ⁽⁴⁹⁾.

É do seguinte teor um outro assento por nós compulsado e referente ao ano de 1616 ⁽⁵⁰⁾:

⁽⁴⁷⁾ *Liv. I de Obitos* — fl. 90 V e 204 V.

⁽⁴⁸⁾ Certamente empregados ao serviço dos Paços Reais ou como simples habitantes em dependências deste; aí residiam em 1594 Constância Garcia e Bastião Mendes que nesse ano casaram a 2 de Abril (*Liv. I de cas.*, fl. 26 V.); em 26 de Junho de 1599 casou com Luiza Brandão, Gonçalo Fernandes, também morador nos *paços demxobregas* (Idem, fl. 34 V.); em 1601 a 24 de Novembro casaram Pedro Afonso e Catarina Fernandes, ambos moradores nos mesmos Paços (Idem, fl. 44); em 21 de Maio de 1617 realizou-se o casamento de Miguel Marinho e de Maria Matos, igualmente moradores nos Paços (Idem, fl. 135 V.); no dia 2 de Setembro do ano seguinte casaram Gonçalo Fernandes e Maria Francisca e tiveram como testemunhas o almoxarife Gregório de Seixas e outras pessoas *todos moradores nos Paços de Xabregas* (Idem, fl. 148); no ano de 1619 também residiram nos Paços de Xabregas Francisco de Benevides e sua mulher Antónia Marques Borges. Casaram nesse mesmo ano a 11 de Janeiro, tendo por procuração de Francisco de Benevides comparecido no acto o vereador da Câmara Dr. Pedro Álvares Sanches. Foi também testemunha o almoxarife Gregório de Seixas (*Livro II de cas.*, fl. 2). Em 1651 ainda residia nos Paços de Xabregas Antónia Marques Pereira, já viúva (*Index das Notas de Varios Tabeliões de Lisboa*, tomo III, pág. 289). Dos assentos de óbitos constam também alguns referentes a residentes nos Paços de Xabregas: *Aos 30 de Março de 630 falleceo p^o Domingues no paço demxobregas não fez testam.^o enterrouse em s. fe.^o no adro* (*Livro A de obitos*, fl. 31). Em 11 de Agosto de 1631 faleceu Catarina Gonçalves *q morava nos paços de Emxabregas na rua nova* (Idem, fl. 38); em 27 de Junho de 1636 Francisco Peres de Pragas, *viuvo, q morava nos passos de emxobregas* (Idem, fl. 66). E ainda mais estes dois, ambos referentes ao ano de 1632: *Aos 18 do mez de Setembro se enterrou em s. f^o de Emxobregas Margarida de Brito solr^a da casa de D. Magdalena de Tavora nos paços de Emxobregas* (Idem, fl. 44); *aos 20 dias do mez de Outubro de 632 se enterrou no Mos^{ro} de S. fe^o de Emxobregas M^a Lionardes viuva da casa do Monteiro moor nos paços de Enxobregas* (Idem, fl. 44 V.).

⁽⁴⁹⁾ *Liv^o I de cas.*, fl. 160 V.

⁽⁵⁰⁾ Idem, fl. 132 V.

Recebeo Dom Franc° de Bragança Em minha prezença dentro do oratorio das cazas de Donna Guiomar Anriques nos Paços de Enxabregas de licença do Snr Arcebispo matrimonialm^{ta} por marido e mulher segundo forma da Santa Madre Egreja a Luiz Cezar filho de Vasco frz Cezar E de donna Anna de Menezes com Donna Vicencia Anrriques filha de Manuel de Melo e de Donna Guiomar Anrriques m^{or} nesta freg^a, etc.

A existência em 1616 de uma família nobre nos Paços de Xabregas poder-nos-ia levar a concluir que já nesse ano o palácio havia sido transformado em simples casa de habitação, se, após a leitura do referido assento, não procurássemos indagar quem era esta D. Guiomar Henriques, proprietária em Xabregas (51). D. Guiomar Henriques não residia de facto nos Paços de Xabregas mas sim no palácio das Melos que se erguia perto daquele e onde alguns anos depois se haveriam de reunir os conjurados de 1640. A existência deste palácio nas proximidades dos Paços dava aso, por vezes, a ser mencionado como os próprios Paços.



A passagem dos Paços de Xabregas do património da Casa Real para a casa de Unhão é um dos pontos obscuros da história deste Palácio. Não encontramos em nenhum dos livros de Chancelaria, quer nos que se referem aos três Filipes, como nos que, já após a restauração, pertencem aos reinados de D. João IV e de D. Afonso VI, o documento da doação régia dos Paços à família Teles de Menezes. (52) Quer-nos parecer, e isto com a devida reserva, de que o palácio não tivesse sido doado, mas sim autorizada a casa de Unhão a utilizá-lo para sua residência. Sabido é que D. Filipe III, quando do casamento de D. Francisca de Távora e Castro, dama da Rainha D. Isabel de Bourbon, com Fernão Teles da Silveira, 1.º Conde de Unhão, a doou com algumas tenças e bens da coroa (53). Estas doações constam de facto dos livros de Chancelaria por nós consultados, mas em nenhum deles vimos a doação do palácio.



Dadas, assim, as insipientes fontes de informação que foram neste caso os livros de Chancelaria e a falta lamentável dos documentos particulares das casas de Unhão e de Niza só uma outra fonte nos poderia fornecer alguns ele-

(51) *Pedatura*, vol. I, pág. 537.

(52) Não conseguimos (dada a impossibilidade, bem contra nossa vontade, de o fazer) consultar os arquivos pertencentes à casa de Niza que certamente nos forneceriam elementos preciosos para a história do palácio de Xabregas.

(53) Além das doações feitas a D. Margarida de Távora por D. Filipe III, constam do *Livro XVIII da chancelaria de D. João IV*, fl. 152, as que foram concedidas pelo Mestre de Aviz no ano de 1646 a sua filha D. Francisca.

mentos: os assentos paroquiais da freguesia de S.^{ta} Engrácia. Foram de facto eles que na penumbra deste emaranhado problema nos abriram algumas clareiras e nos marcaram, pelo menos, as datas aproximadas em que os Teles de Meneses começaram a habitar os Paços de Xabregas.

A nossa convicção, porém, é de que não foram D. Francisca de Távora e Castro e seu marido, o 1.º Conde de Unhão, os primeiros habitantes dos Paços de Xabregas depois da morte da rainha D. Catarina, mas sim o general António Teles de Meneses. Em que ano? É impossível averiguá-lo. Vejamos, contudo, o que os registos paroquiais nos dizem.

O primeiro assento ⁽⁵⁴⁾ onde na freguesia de S.^{ta} Engrácia nos aparece mencionado um Teles de Menezes é o registo de baptismo de uma criança à qual foi dado o nome de João e *cujos pais* — segundo se lê no próprio assento — *não quererão dizer por ser materia de segredo*. Em nota à margem deste registo lê-se que, por despacho do Arcebispo de Lacedemonia, de 24 de Fevereiro de 1748, se declara que a referida criança era filha natural de Luís da Silveira Teles e de D. Faustina de Rojas. Não nos prova, contudo, este assento que Luís da Silveira Teles, que presumimos fosse filho de Fernão Teles de Meneses e de D. Maria de Brito, vivesse nesse ano em Xabregas, só pelo facto de nesta paroquial ter sido baptisado seu filho natural. O assento não nos conduz, assim, à hipótese que poderíamos formular. Já outra conclusão se pode tirar dos que se referem a ter D. Rodrigo Teles de Meneses, em 1643 e depois em 1647, apadrinhado algumas crianças nascidas na freguesia de S.^{ta} Engrácia ⁽⁵⁵⁾. Este facto, sim, demonstra quanto a nós que a família Teles de Meneses já residia em Xabregas pelo menos no ano de 1643 e que D. Rodrigo vivia, muito possivelmente, com seu tio nos Paços de D. João III.



Certo é, e isto sem contestação alguma, que o general António Teles de Meneses já habitava os Paços de Xabregas no ano de 1646. Atesta-o um assento paroquial que nos dá a notícia de ter sido baptizada no dia 13 de Maio desse ano uma filha de um escravo do *General Antonio Telles* ⁽⁵⁶⁾ e, logo no ano seguinte, em dois outros assentos aparece já mencionada a *caza do Conde General Antonio Telles de Menezes* ⁽⁵⁷⁾.

Este facto e, como adiante se verá, o de ainda em 1656 se citar o palácio como pertencendo ao General António Teles, Conde de Vila Pouca, demonstra cabalmente que os Paços de Xabregas foram cedidos (repare-se bem, cedidos e não doados) a este fidalgo, certamente pelos seus altos serviços prestados a D. João IV. De outra maneira se não compreende que se não cite nunca o palácio

⁽⁵⁴⁾ *Livro I-A de Bapt.*, fl. 171 V.

⁽⁵⁵⁾ *Liv. I-A de Bapt.*, fls. 225, 226 e 231.

⁽⁵⁶⁾ *Liv. I-A de Bapt.*, fl. 244.

⁽⁵⁷⁾ *Livro A de Obitos*, fl. 110 e 111.

como a residência do 1.º Conde de Unhão e de sua mulher D. Francisca. Outro facto que corrobora a afirmação expendida é a de Fernão Teles de Meneses (ou da Silveira como aparece mencionado na *Pedatura Lusitana*) e D. Francisca de Távora não terem falecido nos Paços de Xabregas ⁽⁵⁸⁾.

António Teles da Silva (ou de Meneses) foi o quarto filho de Rui Teles de Meneses e de sua mulher D. Mariana da Silveira, irmão, por conseguinte, do 1.º Conde de Unhão. Foi general da Armada e Governador da Índia no ano da Restauração e, mais tarde, em 1647, D. João IV, enviou-o, já com o título de Conde de Vila Pouca, em socorro da Baía. De regresso do Brasil e de Angola, em 1658, foi nomeado para o alto cargo de Vice-Rei da Índia, lugar que não chegou a desempenhar por ter falecido na viagem ⁽⁵⁹⁾, em 1660, de um naufrágio ocorrido perto de Buarcos.

Após a morte do Conde de Vila Pouca sua viúva, D. Helena de Castro, ficou ainda durante alguns anos a residir nos Paços de Xabregas ⁽⁶⁰⁾ em cujo oratório (*Oratorio da condessa de Vila Pouca aonde vive no beco do Sapato*, como vem escrito no assento paroquial) se casou no dia 11 de Junho de 1662

⁽⁵⁸⁾ Nas exéquias celebradas na igreja de S. Domingos de Santarém, onde foi sepultado Fernão Teles de Meneses, o padre António Vieira, seu afillhado, (*Registos da Freguesia da Sé*, pág. 227, de E. Prestage e P. de Azevedo) pregou um dos seus magistrais sermões (*Sermões* do P. Vieira, tomo 15, pág. 306 e segs.).

⁽⁵⁹⁾ *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, A. Rebelo da Silva, pág. 234 do IV tomo e *História de Portugal Restaurado*, Conde da Ericeira, pág. 157 e segs. Na carta de D. João IV, de 6 de Maio de 1653, pela qual fez mercê a Fernão Teles de Meneses da comenda de Moura tece o monarca o elogio do General António Teles de Meneses: ... *havendo respeito — aos serviços de seu irmão Antonio Telles da Silva, feitos por discurso de 23 annos na Restauração da Bahia — no cargo de Capitão-mor das naos que no anno de 635 passarão à India — no dia de minha Restituição à Coroa destes Reinos, em que se achou, e procedeu com grande satisfação, ficando aleijado da mão direita, e no cargo de Governador e Capitão Geral do Estado do Brazil que ocupou por tempo de seis annos (Proprios, Liv. XIV, fl. 506 V. — transcrita na Broteria, Fasc. VI, do Vol. XXXI, in artigo de C. Silva Tarouca intitulado o Alferes mor da Restauração).* Na *Pedatura Lusitana* (tomo II do Vol. II, pág. 20) traça Cristóvão Alão de Moraes, neste teor a biografia de António Teles de Meneses: *Antonio Teles de Mens. fº 4º de Ruy Telles de Mens. servio muitos anos na India cõ grande satisfação donde se veyo em hũ pataxo aggravado porq governando aquelle estado lhe mandou ElRei D. Felipe 4ºº por Vice Rey a seu cunhado Jº da Sylva Tello 1ºº Conde de Aveiras; foi feito gl. da armada de Portugal q̃ em companhia de outra de França q̃ logo o desamparou foi a Bahia de Cadiz E do tpo q̃ elle chegou a pertendia o Marqs de Villa-Real q̃ no mesmo anno foi degolado: este officio continuou ate morrer sem embargo q̃ neste meo tempo foi tambẽ gºr do Brazil E ultimamente o mandou ElRey D. Jº o 4º por Vice-Rey da India e morreo na viagem, E o fez Conde de Vila Pouca, E pella jornada lhe fez mcê do ttº e Comendas q̃ tinha de pº seu fº B pellos não ter legitimos. Casou com D. Elena de Castro fº de Alvº da Sylveira s. g.*

⁽⁶⁰⁾ *Livro A de Obitos*, fl. 174 e 177 referente ao ano de 1661 e *Livro III de cas.*, fl. 13 de 1663.

D. Cecília Maria de Meneses, filha de D. João de Meneses e de D. Justa Souto Mayor, com Francisco Zuzarte da Fonseca ⁽⁶¹⁾.

Dos registos paroquiais de S.^{ta} Engrácia não consta, porém, o assento de óbito de D. Helena de Castro.



Julgamos ser já altura de falar ao leitor na utilização do palácio logo após a manhã gloriosa do dia 1.^o de Dezembro de 1640. Reza a história que, derrogado no Terreiro do Paço a golpes de audácia e de ardoroso patriotismo o domínio de Castela, foi a duquesa de Mantua levada para os Paços de Xabregas, acompanhada do Arcebispo de Braga, do Marquês de la Puebla que lhe assistia ao governo e do Conde de Bayrreto, seu estribeiro mor. No palácio se conservou algum tempo até à sua transferência para o Convento de Santos ⁽⁶²⁾.

Estaria, então, o edifício ainda devoluto, ou a dar-se o facto, pouco provável, de já nele residir a família Teles de Meneses esta teria cedido a sua habitação para abrigar durante alguns dias a princesa Margarida de Parma? Encaminhamo-nos, sem hesitação, para a primeira hipótese.

Lembramos no entanto ao leitor que o facto da duquesa de Mântua ter sido enclausurada nos Paços de Xabregas não significa que estes não estivessem já sendo habitados por uma família nobre. Mais tare, quando D. Luisa de Gusmão, roída de desgosto, se dispôs a abandonar as rédeas da governação pública, os Paços de Xabregas foram lembrados para residência desta excelsa Rainha ⁽⁶³⁾. Opôs-se, porém, a viúva de D. João IV como nos demonstra a carta que, em Janeiro de 1663 (?), enviou a sua filha D. Catarina ⁽⁶⁴⁾:

...y agora ando, cõ nuebas deligencias (q̃ me son bien trabosas (trabajosas?) pues obligã a estar, en este sitio en el Palacio de Enxabregas p.^a se encerrar en la clausura, q̃ aun q̃ no es resolucion de my inclinacion ny voluntad...

(Continua)

⁽⁶¹⁾ *Livro III de Cas.*, fl. 17 V.

⁽⁶²⁾ *Portugal Restaurado*, Conde da Ericeira, Vol. II, pág. 108.

⁽⁶³⁾ *Idem*, vol. II, pág. 589.

⁽⁶⁴⁾ *D. Luiza de Gusmão*, pág. 431, de Hipólito Raposo.

LISBOA

Peça em 3 actos e 5 quadros feita sobre a «Comédia
Ulyssippo», de Jorge Ferreira de Vasnconcelos

por GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

(Continuação)

FLORENÇA — Faça eu a minha vontade que depois o amansarei. Deixai-me guiar pela minha cabeça.

BRIZIDA (*intencionalmente*) — Pois ainda há bocado falei com o Soares.

FLORENÇA — Outra vez! Já vos disse que nem pintado em parede.

BRIZIDA — Não sabe o asno que cousa são alféolos. Esse é que é um ninho de guincho. Capoeirão grave, casado... Cada nau que vem da Índia traz-lhe fazenda que enche uma adega. Destes, sim. Sofrem tudo para que os não descubram e tenham paz em casa.

FLORENÇA — Os tempos são outros e a riqueza não traz ventura.

BRIZIDA — Mas traz de comer e de beber. Pois o Soares vem com o Simão Vaz. Ceamos todos.

FLORENÇA — Agora?

BRIZIDA — E já tardam. Tenho os beiços e as goelas como charneca. O sr. Simão é que entende bem isto.

FLORENÇA — Então também a sr.^a Sevilhana é companhia.

BRIZIDA — Mandaste-lhe recado?

FLORENÇA — Está ali na alcova a concertar o carão.

BRIZIDA — Que é do rapaz da casa?

FLORENÇA — Foi comprar decoada para o cabelo.

BRIZIDA — Então é esperar por ele! Vou-me eu pelo vinho. Os gorgumilos estão a pegar-se.

FLORENÇA — E a ceia?

BRIZIDA — Manda-a o Soares da estalagem. (*outro tom*) E o Serrão, fora. Eu bem sei que ele está ali.

FLORENÇA — Hei-de o pôr na rua?

BRIZIDA — Quem primeiro anda, primeiro manja. Até já. (*faz-lhe sinal e sai*).

FLORENÇA (*á porta da Câmara*) — Vinde.

LUIZ (*entrando*) — Despediste o fidalgo?

FLORENÇA — Por meu gosto nunca ele teria cá entrado. Aborrece-me como moscas.

LUIZ — Vejo-vos ainda muitos tratos com ele e cada vez me enfada mais a vossa mãe. Se isto assim continua ainda tomo outros amores e vou onde me saibam estimar.

FLORENÇA — Faço de mim mil manjares para vos contentar, e nada me aproveita. Acharam-me moça, sem saber do mundo, e fazem de mim o que querem.

LUIZ — Falais certo?

FLORENÇA — Fala o coração, que é de carne. Ah, é já noite! Minha mãe está a chegar. Recolhei-vos. Amanhã mando recado.

LUIZ — E se eu não vier?

FLORENÇA — Sei o que hei-de fazer. Malfadada de mim que não tenho outro gosto senão ter-vos presente.

LUIZ — Assim fosse. *(abraça-a e sai)*

FLORENÇA — *(que se compõe, após a despedida, ouvindo bater à porta)* — É a sr.^a mãe. Foi-se a tempo o Garção. *(para dentro)* Gracia, abre. *(para a porta da Câmara)* Sevilhana! Sevilhana!

SEVILHANA *(dentro)* — Que hay?

FLORENÇA — Soares e Simão Vaz vêm aí. Apressai-vos.

BRÍZIDA *(entrando com dois picheis de vinho)* — Cá está o santo licor. Agora é consertar a mesa. *(a Florença)* Vem ajudar-me.

FLORENÇA — A mulata que vos ajude. *(entra para a Câmara)*.

BRÍZIDA *(resmoneando)* — Asna velha, cinta amarela! A escrava que trabalhe, *(Ela e Gracia começar a pôr a mesa na casa interior)*.

MIRANDA *(rebuçado na capa, vem ao encontro de Luiz que passeia na rua)* Senhor, meu amo!

LUIZ *(reconhecendo-o)* — Que há, Miranda?

MIRANDA *(já desembuçado)* — Novas de Florença, la Bella!

LUIZ — Deixei-a agora.

MIRANDA — Deixaste-a e ficais sem ela. Dai-a aos corvos que se fez matreira.

LUIZ — Fala.

MIRANDA *(apontando a casa)* — Esta noite há pagode. E quem todo lo paga é o Burgalez.

LUIZ — Quem to disse?

MIRANDA — Simão Vaz, que é um dos convidados. Traz a guitarra e o estômago que é um deserto de segura.

LUIZ — Isso é perraria da mãe. Florença disse a Sevilhana que desenganasse o Mercador. Ouvi-o eu.

MIRANDA — Outra que melhor baila! Pois o polhastro vem e o banquete vai ser glosado.

LUIZ — Duvido. Ela jurou-me que o não veria mais.

MIRANDA — Boca que diz «não» diz «sim». A velha em lhe cheirando a interesse é como abutre em carne morta.

LUIZ — Se eu pudesse eu a ensinaria; mas o cofre de meu pai é mais rijo que o baluarte de Diu. Com um pouco de cera tira-se o molde à fechadura.

MIRANDA — Vossa Mercê está muito depressa.

LUIZ — Já provei uma gazua; e nada.

MIRANDA — (*à parte*) Bom vai o Fajardo!

LUIZ — Com alguns dobrões rendia-se a praça.

MIRANDA — Mesmo sem eles haveis de tomá-la.

LUIZ — Quando?

MIRANDA — A la mesma hora! Tenho tudo consertado. Dei rebate a quarto Rufistas da minha Cevadeira, e daqui a pouco vão as portas a couce, e a meijoada tem de ir para os telhados da Betesga!

LUIZ — E Simão Vaz?

MIRANDA — Cai na armadilha como um alifante. Verá Vossa Mercê como se arma uma matrícula, sem ferir nem matar, à lei da nobre Gualteria.

LUIZ — Nem uma ferida?

MIRANDA — Se no campo do amor se levasse tudo a cabo, não haveria «corpo de aço milanez» que defendesse a carne.

LUIZ — Gracejais, Miranda.

MIRANDA — Os rufistas jubilados assentaram que nenhuma iça roqueira ou dama copiosa merece que se lance mão da espada enquanto houver pólvora de linguagem. Chegados a este termo, valem-se dos pés ou das mãos, segundo a ocasião aconselha.

LUIZ — E que são os Rufistas?

MIRANDA — Gente prima. Para ser armado cavaleiro nesta Ordenança ha que entrar numa briga e haver-se com Heitor. Se ela não se asa, inventa-se... e vem a dar na mesma. Depois pode-se escusar de todas as batalhas, que é tido por confiado e não por covarde.

LUIZ — Só isso?

MIRANDA — Esperai. Dá, a seguir, um beberete para receber a carta de examinação. E fica Rufista. Grita que mata e que fere, — de longe, já se vê, ou companheiros pelo meio —, açoita a sua rapariga se não lhe der que baste, mete em arruidos os outros, e não toca em moça que seja de outro Rufista sem que este lhe dê consentimento. É isto.

LUIZ — E os que vêm são desses?

MIRANDA — Dos melhores. (*ficam a conversar baixo, passeando e parando de quando em quando, defronte da porta*)

BRÍZIDA (*dentro, continuando a compôr a mesa. Para dentro*) — Entrai, entrai! Já está acabada a mesa.

SIMÃO (*entrando com Pero Soares*) — Pois eu vos digo, sr. Pero Soares... Os nossos portugueses que soiam ser mais temperados que os Lacónios, vivem lá tão desordenadamente que dizem os de Coulão e de Calecut que ganhámos a Índia como cavaleiros e a estamos perdendo como mercadores.

PERO — Podeis ter razão, mas a mercância é riqueza que se traz ao Reino, e a canela e o gengibre valem tanto como a pólvora e os pelouros.

SIMÃO — Falais como Indiatico e como mercador (*continua a conversa em voz baixa*)

MIRANDA (*fora*) — Vossa Mercê vai ver a assuada. O galante Capoeirão poupa-se.

LUIZ — Poupa-se?

MIRANDA — Não vos convém afrontá-lo. E enquanto não puder vir de vós o proveito não se perca o dele.

LUIZ — E Florença?

MIRANDA — Essa e a mãe é que é mister atemorizar. Em vos temendo canta o galo.

LUIZ — Queimo-me por ver-me no ataque. Não te demoras?

MIRANDA — Descei o vosso «cubranter» e tapai a «tolosa».

LUIZ — Quê?

MIRANDA — Isto é linguagem da minha Cevadeira. (*explicando*) Carregai o chapéu e tapai a cabeça.

LUIZ — Ah! Eu quedo-me aqui.

MIRANDA — Rondai bem que eu não tardo.

(Luiz fica rondando a porta. De quando em quando encosta o ouvido e espreita. Dentro de casa movimentam-se as figuras, nos preparos para a ceia. Sevilhana e Florença saem da Câmara logo que acaba o diálogo de Luiz e Miranda)

SIMÃO (*para elas*) — Saúde às galantes. Pareceis duas naus com as velas metidas. (*cumprimentos delas*)

PERO (*a Florença*) — Bentos olhos que vos veem!

SEVILHANA (*a Simão*) — Sois la cumbre de los pícaros de Lisboa!

SIMÃO (*galante*) — Para servir las guapas de Sevilha!

FLORENÇA (*a Simão*) — Hi bugiar que sois terra.

PERO — E eu?

FLORENÇA — Ide bugiar também.

PERO (*a Simão*) Bugiemos os dois. (*afasta-se um pouco com Florença a falar baixo*)

SIMÃO — Enquanto a ceia se espera, bebamos por Florença e por Sevilhana. (*a Brízida*) Por Sam Pisco! Eu e vós não queremos outro companheiro.

BRÍZIDA — Ao beber nunca se diz que não.

SIMÃO — Trazei-o que é sangue da terra.

SEVILHANA — Dios grande és Baco!

SIMÃO (*com o copo já cheio*) — Como não há outro! Olhai-o contra a

luz .Alimpa o sangue, conforta o corpo, abre a boca às veias, desfaz tristezas, apura o entendimento e dá força aos membros...

BRÍZIDA — É virtude para todas as idades.

SIMÃO — Aquece no frio, refresca no calor, seca o húmido e humedece o sêco.

PERO — Dais-lhe mais virtudes que à Madre Celestina!

SIMÃO — A água gera juncos no bucho. Nenhuma coisa como este licor de Caparica. Nunca Mafoma provou disto!

BRÍZIDA — Em escolher vinho não dou vantagem ao mais pintado.

PERO (*a Florença*) E eu, sr.^a Florença, terei vantagem para vós?

LUIZ (*fora da porta onde tem estado com o ouvido à escuta*) Já estão no Pagode. Oiço a grasnada dos corvos.

FLORENÇA — Mano Simão, digei uma cantiga para alegrar.

SEVILHANA — Una copla, Simão.

SIMÃO — A vós nada nego. Para vos contentar farei mangas ao demo. Aí vai um Vilancio. (*põe-se em pose e recita*)

Ai! Custe-me embora a vida,
do vosso gosto, senhora,
não se perca uma só hora.
Sejam meus olhos quebrados,
morra sem contentamento,
meus dias abreviados
à força deste tormento;
o gosto e vida consento
que se percam; vós, senhora,
não percais uma só hora!

(*aplausos*)

SEVILHANA — Boscân no és mejor!

LUIZ (*fora*) — O rascão já bebeu mais de meia canada.

PERO — Dizei aquelas trovas dos Finados.

LUIZ (*fora*) — Conheço esta voz, é a do Pato com certeza.

SIMÃO — Digo-as com a condição dela depois bailar comigo. (*a Florença*). Vereis como sou airoso.

FLORENÇA — Pois dançarei.

BRIZIDA — O escaravelho chama aos seus filhos grão de oiro.

SIMÃO — Deixai-me beber mais uma vez.

LUIZ (*fora*) — Que vida leva o vadio! Bebe e ainda recebe os dízimos do mercador.

SIMÃO — Fiz as trovas a uma dama da minha navegação.

SEVILHANA — Qual?

SIMÃO — Naufrágios antigos. Caiu no chiste de eu lhe querer, e como lhe disseram que eu dera uma música a uma padeira de Alfama, pintou-se de ciúmes,

deu-me com as portas nos focinhos e fez-me duas figas. As trovas eram de escacha pessegueiro.

FLORENÇA — Dizei-as por amor de mim.

SIMÃO — Como não hei-de obedecer se esse príncipe vos obedece. (*apontando Pero Soares*).

LUIZ (*fora*) — A comparação está boa. Daqui a pouco é que ides ver. (*investigando a travessa*). Demoram-se.

BRIZIDA (*dando-lhe vinho*) — Molhai o papo e grasnai a cantiga.

SIMÃO (*recitando*).

Senhora, em que vos errei?

Que fareis?

Que mal se pôs entre nós?

Não nos vemos, eu e vós,

vêde vós se o sentirei.

Dos olhos de que me vejo

cada vez mais avarento,

que queirais que disto senta!

Morro à mão deste desejo

se esta morte vos contenta.

(*aplausos*)

FLORENÇA — Nunca vos cri tão namorado.

SEVILHANA (*a Florença*) — Lo Pícaro me engana.

SIMÃO — Está para nascer outro como eu, que assim sirva o Amor.

PERO — Sabeis que cousa é amor?

SIMÃO — Se o quereis saber fazei silêncio. Dai-me vinho que a ceia tarda. Estou com bocejos de fome.

LUIZ (*fora*) — Velhaco! A cacarejar por milho nunca vi outro galo.

PERO — A ceia já chegou da estalagem.

LUIZ — Se eu desse beberetes àquela bêbeda, em vez de me cuspir até me engulia.

SIMÃO — Os poetas calabream o amor.

BRIZIDA — Certo é. No meu tempo eram outros os namorados. Valia mais o que então se desperdiçava do que o que hoje se aproveita. Agora só palavras... e nada mais.

FLORENÇA — A culpa é da nossa parvoíce. Somos tantas e tão baratas que nem nos estimam.

SEVILHANA — Hablais como Oráculo.

BRIZIDA — Os homens não prestam nada.

LUIZ (*fora*) — Corva da velha.

PERO (*a Florença*) — Se me désseis o coração, casas de oiro que eu tivesse, eram para vós.

FLORENÇA — Isso dissei-lo agora. Julgais-me por vós.

PERO — Se assim fôra, já vos haveria toda.

SIMÃO — Fosse eu mulher, pintado haveria de ser o homem que me tivesse. (*a Florença*). Não vos fieis em galhoupitos mancebos; aferrai-vos a esse fidalgo que vos tirará da lazeira. Os picões mancebinhos que choram um ducado que dão, são gente baixa.

LUIZ (*fora*) — Quem te quebrasse os focinhos!

PERO (*baixo, a Simão*) — Falai assim e contai comigo.

SIMÃO — A perra da vossa escrava não aqueita a ceia. (*a Brízida*). Dai-me uma alcaparra para entreter.

LUIZ (*fora*) — E o Miranda que não vem com os rufiões! Se demora muito arreberto a porta.

SIMÃO — O Amor é filho da abastança e da pobreza, da boa razão e do desejo. Na abastança não há apetites; na pobreza, como na míngua e necessidade, nasce o desejo. Exemplo disto temos ante nós. Da sr.^a Florença não ser rica e de vós serdes desejoso, nasceu essa afeição. (*a Pero*). Vós não podeis temer de quem tiver menos, mas sim de quem tiver mais. (*a Brízida*) Mana, Outro copo!

LUIZ (*fora*) — E o velhaco fala verdade.

BRIZIDA (*baixo a Simão*) — Deus vos pague!

PERO — Não é então seguro o meu estado?

BRIZIDA — Ninguém no mundo está seguro.

SIMÃO — O amor nas mulheres é tão incerto como elas.

SEVILHANA — Y o de los hombres?

BRIZIDA — É certo, quando lhe fazem a vontade.

SIMÃO — O amor não pode viver sòzinho. Para crescer precisa de outro.

PERO (*a Florença*) — Para serdes amada, precisais de amar.

BRIZIDA (*a Pero*) — Não creais em tal história. Simão já bebeu demais.

SIMÃO — (*a porta interior*) — E tudo isto sem comer! (*gritando*) A ceia!

PERO — Que venha!

BRIZIDA Pronta a atracar como barco do Seixal.

SIMÃO — Bailemos para a receber. Sr.^a Florença cumpri a promessa.

PERO (*a Simão*) — E eu bailo com a vossa. (*agarra-se a Sevilhana*).

SIMÃO — Quem canta fadas más espanta. (*pega na guitarra, põe-se a tocar e os dois pares dançam, sem ser agarrados, eles em frente delas. Simão canta*).

Mando-te eu moer
e roer castanha,
que ela tem manha
roer a quem quer.
Viva quem vencer
e tu lá te avem.
Tua dama
me quer bem.

BRÍZIDA — Eramá! Não me derrubeis o sobrado!

SIMÃO — Folguemos enquanto podermos. (*canta*).

Viva quem vencer

E tu lá te avem.

Tua dama

me quer bem.

PERO — À ceia; à ceia! (*Vão todos para dentro; primeiro Pero Soares e as damas, e depois Brízida e Simão que vai tocando viola*).

MIRANDA (*desembocando na travessa acompanhado de três Rufistas e de Xisto*) — Oulá! A guitarra de Simão Vaz!

LUIZ (*vendo-os*) — Até que enfim! Perdeste a maior farça do mundo. Simão esteve um papagaio.

MIRANDA — Falai a estes senhores.

LUIZ — Saúde a Vossas Mercês.

MIRANDA (*apresentando*) — O rufista mór Xisto Afonso e seus companheiros.

XISTO — Vamos? (*a um gesto de Miranda que manda esperar*). O que eu queria era meia canada para sossegar.

LUIZ — A taverna é perto. Tomai um tostão, mas não demoreis.

XISTO (*fanfarrão*) — Mandai dobrar pelos da casa. (*chamando*). Ó da Osma!

COMPANHEIROS (*que se tinham afastado*) — Que há?

XISTO — Vamos molhar os gasnetes.

MIRANDA — Um credo, anh!

XISTO — Fazei de conta que já cá estamos. (*saem*).

LUIZ — Que atimados!

MIRANDA — São como vós ides ver.

LUIZ (*escutando à porta*) — Parece que se calaram.

SIMÃO — (*dentro, à porta interior*) — A mesa está um altar.

BRÍZIDA (*levando para dentro outro cangirão*) — Cá vai outro santo.

XISTO (*voltando com os companheiros*) — Ora aqui somos! Agora arrombem-se as paredes.

MIRANDA — Guár-te homem A traça é minha. Como não és conhecido bate ao portal. A velha abre e a gente lança-se dentro.

XISTO — Não será melhor uma matrícula?

MIRANDA — Bater brando é que é.

XISTO — E não haverá perigo?

MIRANDA — Da janela não podem fazer nojo.

XISTO — Não desabe alguma loiça partida... (*dirige-se à porta*).

PERO (*vindo à porta interior com Florença*) Ai, sr.^a Florença, pareceis um São João verde!

(XISTO *bate à porta*).

SIMÃO — (*que vinha de dentro*) — Escutai! — (*Xisto bate outra vez*).

PERO — Batem à porta. Schiu!

SIMÃO (*assustado*) — Será a Justiça?

FLORENÇA (*à mãe*) — Falai vós.

BRÍZIDA — Quem está aí?

XISTO (*fora*) — Queria uma palavra de Vossa Mercê.

SIMÃO — Não abrais nem a meu pai.

BRÍZIDA (*para fora*) — Estou já na cama, não posso.

XISTO — Nada receie, senhora. É gente segura.

SIMÃO — Se fala em gente é que são mais.

XISTO — É coisa do vosso proveito.

SIMÃO — Isto parece alcateia. Cuidado, Brízidazinha.

SEVILHANA — Aqui no há ladrones. (*a Brízida*). Hablai, señora.

SIMÃO — O melhor é estar calada.

BRÍZIDA (*para fora*) — Ide-vos embora. A estas horas não abro a porta.

FLORENÇA (*a Pero*) — Deixai que eu fale.

PERO (*cheio de medo*) — Não, não. (*noutro tom*) Começo a entender.

FLORENÇA (*a Sevilhana*) — Que há-de entender? (*para ele*). Posso eu tolher tais atrevimentos!

BRÍZIDA (*a Florença*) — Também eu já entendi. Não queres ter sizo...

FLORENÇA — Que fiz eu agora? Ide cozer que não estais boa.

BRÍZIDA (*dando-lhe um bofetão*) — Grande velhaca!

FLORENÇA — Ai! que me matou!

PERO — Não lhe bata mais.

BRÍZIDA — Deixai-me com ela. Má velhice tenhas, cabrita!

FLORENÇA — Quando sobra a cera, queima-se logo a igreja.

XISTO (*que tem estado a escutar*) — Grande batalha vai lá.

LUIZ — Se ela não abre a porta, arromba-se.

MIRANDA (*aos companheiros*) — Tomem a entrada dos telhados.

XISTO (*batendo mais*) — Ó da pousada!

BRÍZIDA — Assuadas à minha porta, era o que faltava! (*gritando para fora*). Cá ninguém morreu de bafos, e estão homens cá dentro.

MIRANDA — E vossa mercê já está na cama?

PERO (*suplicante, a Simão*) — Sr. Simão, veja se atalha isto.

SIMÃO — Elas é que têm a culpa.

PERO (*desconfiado*) — Florença conhece-os. Quem me tirasse daqui!...

SIMÃO — Pousada de damas é o demo. Se eu soubesse isto também não tinha vindo.

XISTO (*fora*) — Abrem ou não.

BRÍZIDA (*gritando*) — Aqui del-Rei que me querem roubar! Ladrões! Ladrões! (*a Simão e a Pero*). Acudi à porta que eles fogem logo.

GRACIA (*que tem andado a correr dum lado para o outro, aterrada*) — Aqui del-Rei!

SEVILHANA (*para Pero e Simão*) — Hombres, acudi!

SIMÃO — Olha a ideia. Podem ser cem homens e é noite fechada.

PERO — Perigo que se não vê é dobrado.

BRÍZIDA — A noite está clara. Se eles vêem que resistem, fogem.

SIMÃO — Com a pele alheia é fácil jogar.

FLORENÇA — Ai, que eles arrombam a porta.

LUIZ (*disfarçando a voz*) — Abram, ou vai dentro

SIMÃO — Se entrarem peço misericórdia. O mais que posso é levar duas pescocadas, mas vós, sr. Soares, fugi. Está ali a janela que dá para os telhados.

PERO — É o que vou fazer. Aconselhais bem. E vós?

SIMÃO (*aparte*) — Quebrar pernas é que não. (*para Pero Soares*) Enquanto eles se avêem comigo, escapai vós. Ide depressa. (*A porta é atacada com mais força*).

PERO (*aflitíssimo*) — Fechai a janela logo que eu salte.

SIMÃO (*ajudando-o*) — Vá, depressa. (*Pero Soares salta pela janela, Simão ajuda-o e fecha-a*) Uff!

MIRANDA (*fora*) — Metam-lhe os ombros.

FLORENÇA — (*a Simão*) — Agarra bem a minha mãe, que eu farei tudo chão. O Soares?

SIMÃO — Foi-se pelos telhados. Parecia um gamo.

BRÍZIDA — Justiça! Justiça!

MIRANDA (*aos rufiões*) — Cantai alto para a não ouvirem.

XISTO — Rombadera. No te rombes con Picon. Iça! Iça!

SIMÃO (*a Brízida*) — Não grite Vossa Mercê, O galante fugiu com um covardo.

BRÍZIDA — Não soube defender a Dama, que a perca.

LUIZ (*aos rufiões*) — Vá! Agora... Força.

FLORENÇA (*que está escutando*) — Não arrombeis a porta. Eu a abrirei se sois quem cuido, mas haveis de entrar só.

MIRANDA — É a voz de Florença. (*para Luiz*). Falai-lhe.

LUIZ (*à porta*) — Quereis-me abrir?

FLORENÇA — Abro. Esperai um pouco.

LUIZ — Quero conhecer o galante que lá tendes.

FLORENÇA — O galante não esperou por vós... Fugiu.

LUIZ (*aos rufiões*) — Vigiai os telhados. (*para dentro*). Não está outro?

FLORENÇA — Só Simão Vaz que é homem pacífico. Está debaixo do meu anparo.

LUIZ — Dou-lhe seguro real. Podeis abrir.

FLORENÇA — É a minha mãe não fazeis mal?

LUIZ — Prometo-o também. O outro polhastro é que eu queria.

SEVILHANA (*ajudando*) — El miedo tiene alas.

LUIZ — Ah, também lá estais! (*Florença abre finalmente a porta. Entram de roldão, Luís, Miranda, Xisto e dois dos rufiões.*)

.....
SIMÃO (*à porta, afectando ar impassível*). Companheiros, aqui tendes o pichel. Bebei que é Malvasia.

MIRANDA (*a Simão*) — Sabeis muito. Ficais sempre de pé como o gato.

LUIZ — O velhaco é que eu queria ter apanhado, para ver-lhe os focinhos.

XISTO (*a Luís*) — E nem sequer se estreia a espada?

MIRANDA (*mostrando um presunto*) — Cevai-a aqui que é lação de fumeiro.

BRÍZIDA (*a Sevilhana*) — Maus pecados meus que nunca assim me vi!

SEVILHANA (*a Florença*) — Yo to hei dicho. Dá cá el galo, toma lá el gallo, quedan las plumas en la mano.

(*Bulha fora, por detrás da janela.*)

SIMÃO (*assustado*) — Outro assalto? (*De novo temor geral. Abre-se a janela e aparecem dois dos rufiões, que atiram para o meio da casa com Pero Soares*).

UM COMPANHEIRO — Apanhamos o gato. Aí vai ele. (*atiram-no. Pero Soares cai no sobrado aterrado*).

LUIZ (*precipita-se para ele e reconhece-o*) — Pero Soares!!!

SIMÃO — Quem não quiere ser lobo, não lhe veste a pele. Mana Brízida, mais vinho. (*apontando Luiz e Florença, que estão abraçados*) A saúde dos dois! (*abraçando Sevilhana*). E à nossa!

QUARTO QUADRO

Em casa de Brás de Sousa. — Sala interior. Bancos, uma arca, um armário, etc.

Ao levantar o pano, Rui Gomes (*está lendo junto da janela*).

GONÇALO (*entrando*) — Alviçaras, sr. Rui Gomes.

RUI (*alvorçado*) — Dizei depressa.

GONÇALO — Brás de Sousa?

RUI — Teve de sair e deixou-me senhor da pousada... Mas dizei.

GONÇALO — Constança Dornelas falou com as Serrões

RUI — E elas?

GONÇALO — Não negaram que nos conheciam e alegraram-se com o recado.

RUI — Grandes novas essas!

GONÇALO — A sr.^a Leonor tomou os meus cuidados em zombaria.

RUI — E os meus?

GONÇALO — Não sejais atimado. Alegrou-se de a conhecerdes, mas Isabel mandou-me palavras de remédio. Aquela mulher há-de saber pôr cerco às duas praças.

RUI — Falou-lhe de mim?

GONÇALO — Como do cavaleiro do Cisne. Disse-lhe que ereis mais honrado do que as cabras de Beja e mais amoroso do que Gárçi Sanches.

RUI — Mercês lhe fico devendo.

GONÇALO — E quere vir ver-vos. Por isso vos disse que aqui me esperásseis.

RUI (*radiante*) — A sr.^a Leonor...

GONÇALO — Desconfio que ela já viu coisas vossas.

RUI — Minhas? Ah, já sei! Foi a carta que escrevi a uma amiga minha em que só lhe falava dela.

GONÇALO — Tendes certo que a leu?

RUI — Para tal a escrevi.

GONÇALO — Por isso ela disse que tomara por bem um escrito vosso!

RUI (*tirando um papel do gibão*) — Já aqui o tenho. Parece que adivinhava. Quereis ouvir?

GONÇALO (*lendo*) — «A única coisa que há na vida é perdê-la quem a tem oferecida à sua fé.»

RUI (*continuando a leitura*) «E a maior dor que pode sentir-se é ver desestimada essa fé de quem pretendeis servir».

GONÇALO — Não curo de mais. Está especialíssima. O que é mister, agora, é peitar a sr.^a Constança.

RUI — Segurar o negócio e abreviar o tempo.

GONÇALO — Mandamos-lhe uma peça de Holanda ou uns chapins?

RUI — Uns chapins de Itália fazem mais maravilhas do que Hércules.

GONÇALO — Pois sejam uns chapins. E bom seria que Brás de Sousa acrescentasse a oferta. Como ela se lhe inclina, essa afeição também pesará.

RUI — Estará ela vacante?

GONÇALO — Que o não esteja! De homens de prol sempre gostam de finezas, e em geral gastam com eles o que ganham aos mercadores sisudos e aos indiáticos.

GONÇALO — Qual! Provar muitos vinhos é pecha desta gente... e Brás de Sousa, para ela, é licor de Caparica.

RUI — E se não vem?

GONÇALO — Não tarda dois credos. É bom preparar a visitaçào.

RUI — Tomara já ver tal madrinha.

GONÇALO (*imperativo*) — Deitai-vos.

RUI — Eu?

GONÇALO — Sim (*apontando uma preguiceira*) — Ali. Tive de dizer, paar lhe azar a visita, que estáveis doente. Tendes tinta vermelha?

RUI — No escritório; aí. Mas para quê?

GONÇALO — Para manchar a roupa. Ela cuida que estais sangrado.

RUI — Sangrado, eu?

GONÇALO — E é preciso que o sangue apareça.

RUI — Sois capaz de pintar o inferno. (*batem à porta*).

GONÇALO (*fazendo sinal de silêncio a Rui*) — É ela.

CONSTANÇA (*entrando com capelo de dó pelas costas*) — Muita saúde seja nesta casa.

GONÇALO — Vindo Vossa Mercê, a saúde chegou.

RUI — Ditoso mal que traz tal bem.

GONÇALO — Que honra, sr.^a Constança!

CONSTANÇA — Honrada sou eu.

GONÇALO — Sentai-vos. (*para Rui*) — Com tal visita cura-se a vossa melancolia.

CONSTANÇA (*sentando-se*) — Depois da morte do companheiro que Deus me deu, por amor de quem trago e trarei este capelo às costas, a alegria não é comigo.

RUI — Mas sabeis dá-la aos outros; porque sois o nosso remédio.

CONSTANÇA — Remédios só o Senhor os pode dar. (*para Rui*) — Melhor?

RUI — Depois de sangrado desabafei algum tanto, mas andei com tal humor melancólico que julguei que acabava.

CONSTANÇA — Folgo com a melhoria, e outra pessoa folgará também.

RUI — Não vos enganais?

GONÇALO — A sr.^a Constança é um oráculo de Delfos. Nunca se engana.

CONSTANÇA — Leonor é muito maviosa.

GONÇALO — E Isabel.

CONSTANÇA — Soa menos mas é também um Orfeu. (*para Rui*) — Ele cuida que ela o não conhece. Como é sisuda encobre o que sente.

GONÇALO — Dizeis isso por dó de mim.

CONSTANÇA — Por amor da verdade. Com o tempo o sabereis.

RUI — Vossa Mercê é que nos há-de valer.

CONSTANÇA — São umas feiticeiras aquelas raparigas. Se vísseis os seus garavis e os seus desfiados! Não largam a almofada. Até a mãe ralha com elas às vezes. O pai, esse não se cansa de trabalhar para ajuntar para elas.

GONÇALO — Queria antes que as gabásseis de amorosas. As mulheres quando casam perdem todos esses proveitos. Eu quero a sr.^a Isabel mais para damejar do que para bordar e lavar.

CONSTANÇA — Ah!, sr. Gonçalo de Arez, isso logo enfada.

RUI — Nunca Deus tal mande!

CONSTANÇA — Para damas são elas: a sr.^a Isabel para dar um conselho, a sr.^a Leonor para apontar um dito. É mais nova e faz viola de um pau. Se ouvísseis o que elas discorreram sobre o que podeis dizer das duas nas vossas pousadas, era de estalar de riso pelas ilhargas.

GONÇALO — Chocarriam de nós?

RUI — Boa vai a nossa vida!

CONSTANÇA — Não vos chofreis que não há razão. Elas querem-vos, e eu não sou para dizer o bem e fazer o mal.

GONÇALO — Em grande obrigação vos ficamos.

RUI — Sr.^a Constança, tenho este escrito na esperança de que o possais levar a seu destino. Parece-vos que podeis fazê-lo?

CONSTANÇA — Espanto-me de mim. Nem que eu fosse alcoviteira ou capa de órfãs! Cala-te boca! Se não fosse um negócio tão conforme à vontade de Deus!... Eu lhe darei a carta, que remédio! E há-de ser amanhã antes que elas vão para a Nossa Senhora da Luz!

GONÇALO — Saem da cidade?

CONSTANÇA — Vão para a quinta. O sr. Tomé Serrão que quer fugir a um negócio de perigo, aproveita agora a vindima para levar para lá os seus. E naturalmente demora-se até à apanha da azeitona.

RUI (*pesaroso*) — E aparta-as de nós!

CONSTANÇA — Não desespereis, meus galantes. Vou trabalhar para que se vejam lá.

GONÇALO — Vêde o que dizeis.

RUI — Já me parece que tenho vida.

GONÇALO — E ousarei também esperar?

CONSTANÇA — Deixai a empresa nas minhas mãos. (*Eles quase a abraçam*) E aquele outro sr. que foi a minha casa, que é feito dele?

RUI — Brás de Sousa?

CONSTANÇA — Esse. Nunca vi pessoa de tal respeito e de tão boa fala.

GONÇALO — O mesmo diz ele de vós. Quando souber que esteve Vossa Mercê aqui e ele ausente, há-de depenar-se.

RUI — Teve de ir ao Paço.

CONSTANÇA — Penada também eu fico. Se ele me quizer visitar, ou vossas mercês, sejam como parentes, para que se não cuide mal. A vizinhança em tudo atenta.

GONÇALO — Pois seja como dizeis.

CONSTANÇA — Beijou-vos as mãos. E vou-me à Rua Nova, ao Issay. Tem lá uns chapins de Florença, que são um ramalhete. (*cumprimenta e sai*).

RUI — Vêde como acertei. Até ela os pede.

GONÇALO — E viste como ela se inclina a Braz de Sousa?

RUI — Receio que ele a escandalize e se perca tudo.

GONÇALO — Melhor seria. Então tinha de recorrer a mim para os compôr e repartíamos o benefício.

RUI — Se ela consegue que vamos vê-las à quinta, vida para cem anos. Vai ser festa para descantar com nêspersas e rouxinois de barro.

GONÇALO — De aí a casamento de alto bordo, é um passo.

BRÁS (*enirando*) — Saúde aos meus hóspedes.

GONÇALO — Bem podíamos dizer: — falai no ruim...

BRÁS — Faláveis de mim?

RUI — Esteve aqui uma vossa apaixonada.

BRÁS — Quem?

GONÇALO — Constança Dornelas.

BRÁS — Descreio dos moiros com tal paixão; mas gostaria de conversá-la.

A sr.^a Constança é mina de negócios de tomo.

GONÇALO — Tal conquista não seria má empresa.

RUI — E é virtuosa.

BRÁS (*rindo*) — Como galinha que anda 14 léguas atrás de um galo.

GONÇALO — Também as raposas andam aos grilos.

BRÁS — Pois visitá-la-ei ao som de amizade, e verei de que pé se calça.

RUI — Dos dois, que ambos pedem chapins.

BRÁS (*à janela*) — Aí vem o grande Simão Vaz.

GONÇALO — Chamai-o que é desmarcado azevieiro.

RUI — Dos Catarinos ou Alfamistas?

BRÁS — Maior do que esses, é filho de Lisboa, e basta. Lisboa é mãe de todos, é mar onde se criam os grandes peixes. Ides vê-lo, tamanho como um sável de Maio.

GONÇALO — Dizei-lhe que entre.

BRÁS — Não há cidade no mundo como Lisboa. A conversação da gente. A arte das mulheres! Nem creais que se possa viver noutra parte!

SIMÃO (*entrando*) — Beijo as magníficas de Vossas Mercês.

BRÁS — Assentai-vos. Aqui não há tamboretas para não haver diferenças.

SIMÃO — Dessa cor é o meu pano. Trata-se de boa prática? Sou perdido por ela.

GONÇALO — E ela perdida como vós.

SIMÃO — Venho de meter em paz dois desafiados. Pesou-me não os ver entrar em escaramuças, mas um deles era amigo e receei-lhe desastre. O outro era duro. Já de uma vez o apartei para os olivais e sei-lhe da ciência. O gentil Garção conheceu-me; que eu tenho esse mal. A uma légua conhecem-me se me agasto.

BRÁS — E sobre que era a contenda?

SIMÃO — Uma dama copiosa, a que ambos se tinham afeiçoado. Ainda ontem me sucedeu um caso do mesmo teor.

BRÁS — Outro?

GONÇALO — Contai-o.

SIMÃO — Defendi uma praça contra uma matracula de rufiões. Figurai o passo! Eu estava dentro do baluarte com duas damas que passam em cavalos brancos pelas maiores formosuras do mundo; uma que eu sirvo, e outra que é servida por um amigo meu. Lá dentro estava o seu feitor e o meu amigo cá fora. Fez-se fogo com toda a artilharia grossa de nomes, destes que assustam as crianças nos berços. Por São Pisco que a batalha foi rija. Arranquei este verdugo e — apesar de galegos — os inimigos pediram pazes.

GONÇALO (*a Brás*) — A parvoíce é cega!

SIMÃO — Se vos disser que a um deles o tomei com as mãos, não vos mentirei.

BRÁS — Os que muito roncam são covardes.

SIMÃO — Se vinte se dão com dois e os fazem fugir nenhum há que se não tenha por valente.

BRÁS (*a Gonçalo*) — Aqui onde o vêdes é o mais certo alveitar de mulheres que podeis achar até ao Cairo. Não há dona destes bairros que ele erre o conhecimento, nem alcoviteira que lhe não pague o foro.

GONÇALO — E Constança Dornelas?

SIMÃO — Ui! Ainda esta manhã passei por uma alta história à conta dela.

BRÁS — Dizei, por vossa vida.

SIMÃO — Tive umas emburilhadas numa casa de perigo. A sr.^a Constança interveio no caso.

GONÇALO — Grande alforge de novidades...

SIMÃO — Quem lhe vir a gravidade e o honesto do traço, jurará que não há mais Lucrécia romana.

BRÁS (*a Gonçalo*) — Fiai-vos lá em cão que manqueja e em toucas largas.

SIMÃO (*continuando*) — Falei-lhe em S. Francisco...

GONÇALO (*à parte*) — Assim fez com Rui Gomes.

(*Continua*)

TELE { FONES: 58135-58136
GRAMAS: MALHAS



MARCA REGISTRADA

CÓDIGOS { ABC — 5.ª Edição
R I B E I R O

SIMÕES & C.ª, LIMITADA

AVENIDA GOMES PEREIRA — BENFICA
FUNDADA EM 1907

A mais importante Fábrica de artefactos de malha do País. Fabricação de meias, peúgas, camisolos e roupa de malha para homens, senhoras e crianças, em algodão, lã e sêda

CRIADORA DA BEM CONHECIDA E ACREDITADA MEIA «SUPERKALIO»
E DAS ROUPAS «SUPREMA»

MARMORES E CANTARIAS DE PERO PINHEIRO - ESTREMOZ, L.^{DA}

SEDE:
PERO PINHEIRO
Telef. PP 55

ESCRITÓRIO EM LISBOA
P. RESTAURADORES, 65-1.º D.º
Telef. 2 4184

Empresa Insulana de Navegação

Sede — Rua Nova do Almada, 11-1.º — LISBOA

Telefones: 23271/2/3 — Telegramas: BENS A Ú D E — LISBOA

CARREIRAS REGULARES ENTRE

LISBOA, MADEIRA E AÇORES

Saídas em 8 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Santa Cruz), S. Jorge (Calheta), Pico (Lages) e Faial.

Saídas em 23 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Praia), S. Jorge (Velas), Pico (Cais), Faial, Corvo e Flores (Lagens e Santa Cruz).

A escala da Ilha do Corvo só se efectua nos meses de Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando também o vapor naquele porto no mês de Fevereiro, só para troca de correspondência e serviços de passageiros.

AGENTES

EM LISBOA

GERMANO SERRÃO ARNAUD

Carga e passagens de 3.ª classe
Avenida 24 de Julho, 2, 2.º
Telef. 20214/15

Passagens de 1.ª e 2.ª classes
Rua Augusta, 152
Telef. 20216

NO PORTO

J. T. PINTO VASCONCELOS, LIMITADA

Na Madeira

Em S. Miguel

BLANDY BROTHERS & C.º, L.ª

BENSAÚDE & C.ª, L.ª

CAPTAÇÕES
DE ÁGUA
SUBTERRÂNEA



FUNDAÇÕES
DE TODOS
OS GÉNEROS

(Um quarto de século de especialização técnica)

Empresa de Sondagens e Fundações
TEIXEIRA DUARTE, L.^{DA}

Rua da Betesga, 57, 3.º, Esq.

LISBOA

EMPRESA NACIONAL DE ADAPLHAGEM ELÉCTRICA TEL. 62177-62178
AVENIDA 25 DE JULHO 108 - LISBOA



LÂMPADAS

ADQUIRIR O NOSSO MATERIAL

É GARANTIA DE OBTER MATE-

RIAL DE QUALIDADE

SUPERIOR

LUMIAR

MOTORES ELÉCTRICOS — TRANSFORMADORES

GERADORES

ENAE

Fabrico nacional



OCIDENTE

REVISTA MENSAL PORTUGUESA

Director — ÁLVARO PINTO



Preços das assinaturas por ano
com direito aos números especiais:

Portugal 144\$00

Brasil 150 cr.

Col. Portuguesas e Espanha 150\$00

Estrangeiro 8 dól.



Rua do Salitre, 155—Lisboa
PORTUGAL

CIMENTO TEJO

CANTARIAS-MÁRMORES

ANTÓNIO MOREIRA RATO & F.^{os}, L.^{da}

Telefone 60879

Telegramas — RATOFILHOS

Avenida 24 de Julho, 54-F.
LISBOA

Telef. 2 0244 Teleg. PAPELCAR

Papelaria

CARLOS

de Carlos Ferreira, Lda.

34, RUA DO OURO, 38
LISBOA

■
Especialidade em livros para
ESCRITURAÇÃO COMERCIAL

■
Grande sortido de artigos para
DESENHO E ESCRITÓRIO

MÓVEIS DE MADEIRA

PARA ESCRITÓRIO

SEMPRE EM EXPOSIÇÃO
ORÇAMENTOS GRÁTIS

~
**THE MODERN
OFFICE, L.^{TD}**

Telef. 2 3465

Rua do Alecrim, 107—LISBOA

AMIGOS DE LISBOA

Para efectuarem os seus Seguros, prefiram a conhecida Companhia Inglesa

LEGAL & GENERAL

com Sede em PORTUGAL na
Avenida dos Aliados, 58 — PORTO

Delegação em LISBOA
Rua dos Fanqueiros, 15-2.º

FOGO — ACIDENTES PESSOAIS — CRISTAIS

VINHO DO PORTO

«GRAHAM»

«Emperor»
«Five Crowns»
«Six Grapes»
«Imperial Dry»

— «Tawny» Velhíssimo
— Muito velho e sêco
— «Vintage» Velho do casco
— «Ruby» Leve



GUILHERME GRAHAM JNR. & C.^A

Rua dos Fanqueiros, 7
Lisboa Tel. 20066 9

Rua dos Clérigos, 6
Porto Tel. 26961/2

Distribuidores no Sul

JOSÉ LUIZ SIMÕES — LARGO DO CHIADO, 17 — LISBOA

Os «Amigos de Lisboa»

Preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO

Uma **COMPANHIA DE SEGUROS** que honra Lisboa

Ourivesaria da Guia

FUNDADA EM 1875

JOIAS — OURO — PRATAS — RELOGIOS

Rua Martim Moniz, 2-10 / Telefone 28336
Rua da Mouraria, 7-11 LISBOA

Bertrand (Irmãos),

Fotogravura

Tipografia

Fotólito

Desenho

T. Condessa do Rio, 27 — Telef.-21368 21222

CASA DOS PANOS

Sortimento completo em
panos brancos e de cor
e em linhos de todas as
larguras

45, Rua dos Fanqueiros, 49
(Esquina de R. de S. Julião)

Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência

Estabelecimento Autónomo do Estado

SERVIÇOS ANEXOS { Caixa Nacional de Previdência
Caixa Nacional de Crédito

Telefones (P B X) 26181 a 26189

Depósitos à ordem e a prazo —
Empréstimos hipotecários e sobre
penhor de títulos — Operações de
Transferências e Cobranças — Em-
préstimos sobre penhor de ouro,
jóias e pratas pela Casa de Crédito
Popular — Empréstimos Agrícolas e
Industriais pela Caixa Nacional de
Crédito

Agências e Delegações nas sedes de Concelho

Filiais em todas as sedes de Distrito

Romão & Comp.

Antiquários

47, R. D. Pedro V, 20
Telefone 2 8441

LISBOA



COMPRA GRANDES E PEQUENAS BIBLIOTECAS LIVRARIA ECLECTICA

Calçada do Combro, 58
Telef. 28663

Alberto Alves Nataral

Encadernações simples e de luxo

Vivenda Yolanda
Bairro da Mina
AMADORA

SRS. AUTOMOBILISTAS

adquiram os livros por AMÉRICO AREAL

O exame de condutores de automóveis

(Perguntas e respostas) — Esc. 15\$00

O Automóvel — Mecânica e Código — Esc. 25\$00

Livros profusamente ilustrados, especialmente destinados
aos candidatos a condutores de automóveis ligeiros e pesados

JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA

Telefone 20635 — Rua do Amaro, 94, 1.º Esc. — LISBOA

A COROA DE OURO

FLORES E COROAS ARTIFICIAIS
FLORES DE LARANJEIRA PARA NOIVAS
SANTOS EM TODAS AS DIMENSÕES

RESTAUROS EM IMAGENS ANTIGAS E MODERNAS

RUA DO CRUCIFIXO, 94
(esquina da Rua da Victoria)

TELEFONE 20100